



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE HUMANA E MEIO  
AMBIENTE - PPGSHMA**

**Samanta Siqueira de Almeida**

**O cotidiano da merenda escolar: análise da  
experiência em uma escola da Rede Pública  
Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo  
Antão/PE**

**Vitória de Santo Antão**

**2014**

**Samanta Siqueira de Almeida**

**O cotidiano da merenda escolar: análise da  
experiência em uma escola da Rede Pública  
Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo  
Antão/PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Humana e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em **Saúde Humana e Meio Ambiente**.

Área de Concentração: Saúde e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Fidalgo Amorim

**Vitória de Santo Antão  
2014**

Catálogo na fonte  
Sistema de Bibliotecas da UFPE - Biblioteca Setorial do CAV  
Bibliotecária Jaciane Freire Santana

A447c Almeida, Samanta Siqueira de  
O cotidiano da merenda escolar: análise da experiência em uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE / Samanta Siqueira de Almeida. Vitória de Santo Antão: O autor, 2014.  
60 folhas.

Orientador: Marco Antônio Fidalgo Amorim.  
Dissertação (Mestrado em Saúde Humana e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco. CAV, Saúde Humana e Meio Ambiente, 2014.

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2. Merenda Escolar. 3. Nutrição infantil. I. Amorim, Marco Antônio Fidalgo. Título.

371.716 CDD (23.ed.)

**BIBCAV/UFPE-30/2014**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE HUMANA E MEIO AMBIENTE – MESTRADO



Dissertação de Mestrado apresentada por **SAMANTA SIQUEIRA DE ALMEIDA** à Pós-Graduação em Saúde Humana e Meio Ambiente do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título “**O COTIDIANO DA MERENDA ESCOLAR: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**”, orientada pelo Prof. Dr. Marco Fidalgo de Amorim, aprovada no dia 05 de dezembro de 2014, após cumprimento de exigência determinada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

---

**Dr. Emerson Peter da Silva Falcão**  
Núcleo de Nutrição – CAV/UFPE

---

**Dr.<sup>a</sup> Claudia Rohde**  
Núcleo de Biologia – CAV/UFPE

---

**Dr.<sup>a</sup> Marisilda de Almeida Ribeiro**  
Núcleo de Nutrição – CAV/UFPE

Autora

---

**Samanta Siqueira de Almeida**

. Dedico a todos que tiverem acesso a esta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois eu creio nos Seus planos e nas promessas que Ele tem pra mim.

À minha Mãe Anizia Siqueira, pelo Amor, Carinho, Compreensão e Paciência. Obrigada por todos os momentos dedicados a mim. Muito obrigada!

Ao meu Pai, Antonio de Almeida, pelo Amor, Compreensão e Ouvidos atentos aos meus discursos. Muito obrigada!

À minha Irmã, Rebeca Siqueira, por estarmos cada vez mais amigas e por diversas vezes dizer que não quer me ouvir falar sobre o mestrado. Isso foi muito importante! Obrigada!

Ao meu Cunhado, Marcondes, pelo Carinho, Amor e pelos doces! Obrigada!

Ao meu Amor, Lucas, pela enorme Paciência, Amor e Cuidados em todo o decorrer do Mestrado. Obrigada!

Aos meus Tios, por sempre estarem empolgados com o mestrado e me falarem Palavras de Afirmação! Muito Obrigada!

Ao meu Orientador, Marco Fidalgo, antes de tudo pela Amizade, pelos Ensinamentos, Dedicção, Confiança e Paciência. Muito Obrigada!

Aos Queridos: Sabrina França, Renato Saldanha e Magadã Lira, por me abrirem as portas em suas aulas. Isso foi muito importante. Muito Obrigada!

À Ana Paula, Renata e Valquiria pelo Companheirismo e Ouvidos! Obrigada meninas!

À Professora Claudia Rohde pela Compreensão e Delicadeza. Muito Obrigada professora!

A todos os Estudantes da Licenciatura em Educação Física! Vocês já fazem a diferença!

Agradeço a todos que compuseram a Banca.

Que o Senhor nos abençoe!

MUITO OBRIGADA

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b>	ix
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	xii
<b>RESUMO</b>	xi
<b>ABSTRACT</b>	xii
<b>CAPÍTULO 1</b>	1
<b>1.1 Introdução</b>	1
<b>1.2 Hipótese</b>	2
<b>1.3 Objetivos</b>	2
1.3.1 Objetivo Geral	2
1.3.2. Objetivos Específicos	2
<b>1.4 Revisão da Literatura</b>	3
1.4.1 Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	3
1.4.2 Agentes participantes do PNAE	6
1.4.3 O Nutricionista e o PNAE	7
1.4.4 Confecção e adequação dos cardápios	9
<b>1.5 Método</b>	12
1.5.1 Delineamento da População	13
1.5.2 Coleta das Informações	13
1.5.3 Aspectos Éticos	16
<b>CAPÍTULO 2</b>	17
O cotidiano da merenda escolar: análise da experiência em uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE	
<b>2.1 Resumo</b>	17
<b>2.2 Abstract</b>	18

<b>2.3 Introdução</b>	18
Escola como ambiente de formação	21
Sentidos e Significados da merenda escolar – as representações	23
<b>2.4 Método</b>	25
<b>2.5 Resultados e Discussão</b>	26
<b>2.6 Conclusões</b>	31
<b>2.7 Referências</b>	31
<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	37
Descrição da escola e da merenda	37
Os sentidos e os significados atribuídos à merenda escolar	41
<b>CONCLUSÕES</b>	48
<b>REFERÊNCIAS</b>	49
<b>ANEXOS</b>	xiii
<b>APÊNDICES</b>	xxxii

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1.1 Primeira Tabela do Capítulo 1 - Categorias/descriptores para as observações participantes sistemáticas

## LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Ancoragens
Apams	Associação de Pais Amigos e Mestres
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CME	Campanha da Merenda Escolar
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EE	Entidade Executora
ECH	Expressões-chave
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fisi	Fundo Internacional de Socorro à Infância
g	grama
GRE	Gerência Regional de Educação
IAD	Instrumentos de Análise do Discurso
IC	Ideias centrais
INAE	Instituto Nacional de Assistência ao Educando
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PEHE	Projeto Educando com a Horta Escolar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Premen	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
Pronan	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
RT	Responsável Técnico
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

## RESUMO

A merenda escolar atua como ferramenta importante no ambiente da escola, garantindo o aporte nutricional necessário durante o período letivo e podendo constituir-se como fonte de diversos conhecimentos e saberes a respeito do campo da alimentação humana. Sendo assim, a escola representa um espaço privilegiado à realização de atividades promotoras da consciência alimentar. A identificação do cotidiano da merenda escolar e dos sentidos e significados que os atores envolvidos no processo de alimentação escolar atribuem a seu respeito compõe medida importante para conhecer como a mesma tem sido concebida na rotina das escolas e para auxiliar no planejamento de ações que a qualifiquem. Dessa forma, o presente trabalho identificou o cotidiano da merenda escolar e os sentidos e significados conferidos a ela pelos atores envolvidos no processo. Para isso, foi desenvolvida uma Pesquisa Social de campo de cunho qualitativo no EREM José Joaquim da Silva Filho no município de Vitória de Santo Antão/PE. Foram realizadas observações participantes sistemáticas e entrevistas. Os dados da realidade obtidos a partir das observações foram minuciosamente registrados e refletidos criticamente. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Pode-se concluir que a merenda ocorre efetivamente na escola, entretanto, a mesma não satisfaz aos gostos dos atores e a qualidade dos alimentos não demonstra estar em consonância com o que se preconiza o PNAE. O entendimento sobre um bem cultural-histórico imperioso, como é o campo da alimentação e nutrição, ainda é limitado.

**Palavras-chave:** Programa Nacional de Alimentação Escolar, Merenda Escolar, Representações Sociais, Escola.

## ABSTRACT

School meals acts as an important tool in the school environment, ensuring the nutritional support needed during the school year and may constitute itself as a source of diverse knowledge about the field of human nutrition. Thus, the school is privileged space to conduct activities promoting food awareness. The identification of everyday life school lunches and senses and meanings that the actors involved in school feeding process attach to their respect composes important measure to know how it has been conceived in the school routine and to assist in planning actions that qualify. Thus, The present work identified the routine of school meals and the meanings conferred to it by the actors involved in the process. For this, we developed a Social Field research with qualitative approach in EREM Joaquim José da Silva Filho in Vitória de Santo Antão/PE. Were performed systematic participant observations and interviews. The data obtained from the reality from observations were described in detail and reflected critically. The interviews were recorded, transcribed and analyzed using the technique of the Discourse of Collective Subject (DSC). It can be concluded that the feeding occurs effectively in school, however, does not satisfy the tastes of the actors and the quality of food does not prove to be in line with what is recommended by the PNAE. The understanding of a cultural-historical heritage, as is the field of food and nutrition, is still limited.

**Keywords:** National School Feeding Programme, School Feeding, Social Representations, School.

# CAPÍTULO 1

## 1.1 Introdução

Com o objetivo de amenizar a situação nutricional, precária, infantil, do Brasil, a Campanha da Merenda Escolar (CME) inicia suas atividades em 1955, tendo como suporte a doação de alimentos ou venda de alimentos a baixo custo por países desenvolvidos como os Estados Unidos da América. Esses alimentos eram basicamente o leite em pó, o trigo e o extrato de soja (SILVA, 1995; BRASIL, 2013).

Apesar da ajuda alimentar dos países desenvolvidos ao Brasil terem contribuído com a manutenção da Merenda Escolar e o sucesso do programa, a mesma também foi responsável por induzir alterações nos hábitos alimentares regionais (BRASIL, 2012; BRASIL, 2013).

Cabe ao nutricionista, vinculado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a responsabilidade técnica pela alimentação da escola, respeitando as diretrizes previstas por lei dentro das suas atribuições específicas no programa, permitindo ao nutricionista estabelecer um planejamento dietético que atinja de fato as necessidades diárias dos escolares durante o período escolar, limitando a oferta e o consumo de alimentos processados de baixo valor nutricional, proibindo a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional. além de respeitar os hábitos alimentares (BRASIL, 2012).

Dessa forma a merenda escolar atua como ferramenta importante no ambiente da escola, garantindo o aporte nutricional necessário durante o período letivo, podendo constituir-se como fonte de diversos conhecimentos e saberes a respeito do campo da alimentação humana.

A compreensão da magnitude da alimentação escolar é essencial, caso contrário, o programa da merenda escolar continuará sendo pensado, e até mesmo posto em prática, como um meio apenas para suprir carências nutricionais dos estudantes.

Diante do exposto, como a realidade é sempre extremamente rica em detalhes, a identificação do cotidiano da merenda escolar e dos sentidos e significados que os atores envolvidos no processo de alimentação escolar atribuem a seu respeito compõe medida relevante para conhecer como a mesma tem sido concebida na rotina das escolas e para contribuir no planejamento de ações que a qualifiquem.

## **1.2 Hipótese**

O processo de merenda escolar e alimentação dos alunos na Escola Estadual José Joaquim da Silva Filho (Escola Polivalente) no município de Vitória de Santo Antão atende as diretrizes do PNAE, entretanto apresenta marcadamente na sua implementação aspectos sanitário-biológicos, sendo subutilizadas enquanto campo para construção de conhecimento.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1. Objetivo geral**

Identificar o cotidiano da merenda escolar e os sentidos e significados que os atores envolvidos no processo de alimentação escolar atribuem a seu respeito.

### **1.3.2. Objetivos específicos**

- Observar e registrar:

- o ambiente físico e social, as práticas, características, normas, valores e crenças atribuídos à merenda escolar;
- as atitudes e falas dos sujeitos envolvidos no processo da alimentação escolar.

- Analisar e refletir sobre o observado e registrado.

## 1.4 Revisão da Literatura

### 1.4.1 Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

As primeiras experiências brasileiras com oferta de alimentação para escolares, as quais remontam o século XIX, foram de cunho beneficente (SILVA, 1995). A alimentação escolar contava com iniciativas isoladas e voluntárias do comércio local, de famílias mais abastadas, de algumas organizações sociais e da maçonaria (CARVALHO *et al.* 2009). A temática assume novos contornos no início do século passado a partir da formação de um novo campo de conhecimentos, composto por grupos de pesquisas médicas voltadas ao mapeamento da situação alimentar e nutricional no Brasil, identificando os problemas do país e propondo soluções (VASCONCELOS, 2002; MIENIKZUC, 2005). Esses grupos médicos preocupavam-se com questões relacionadas aos aspectos biológicos da nutrição e ao estudo das dietas alimentares. Somando-se a isto, entre as décadas de 1930 e 1940, a política nacional para alimentação implementada pelo Estado Novo, incentivou a incorporação dos conhecimentos da Ciência da Nutrição nas diretrizes para a alimentação.

Duas medidas tiveram influência direta na alimentação dos trabalhadores: o Salário Mínimo e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SILVA, 1995; COSTA, 2001; MIENIKZUC, 2005). O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) surgiu como uma medida compensatória, que compunha parte da política trabalhista do Governo Vargas, quando se reconheceu a relação entre pobreza, processo da desnutrição e serviços de saúde inadequados. Ainda nos anos 40, o SAPS começou a ofertar o desjejum escolar, com refeições à base de frutas, leite e pão, com um total de 450 calorias (SILVA, 1995).

Ainda na década de 40, após a II Conferência Latino-Americana de Nutrição, os países latino-americanos foram orientados a estabelecer melhores políticas públicas de alimentação e nutrição, desta forma, o projeto da merenda escolar foi assumido no país pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA) que possuía como responsável o médico, geógrafo e cientista social Josué de Castro (MIENIKZUC, 2005). Neste mesmo período, um grupo coordenado pelo médico iniciou seus estudos acerca de questões relativas à fome, desnutrição, inquéritos alimentares e educação nutricional (COSTA, 2001; VASCONCELOS, 2002; MIENIKZUC, 2005). Em 1945, a CNA passou a definir a política nacional de alimentação através de campanhas, realizando estudos e pesquisas sobre o estado nutricional e hábitos alimentares brasileiros, promovendo ações educativas voltadas à alimentação e estimulando o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados (SILVA, 1995).

Em 1952, com a criação do plano de Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil, objetivou-se a expansão da merenda escolar, o apoio à indústria de alimentos, o enriquecimento de alimentos, a assistência alimentar aos adolescentes e os programas regionais (SILVA, 1995). Entretanto, Mielniczuk (2005) critica os objetivos deste plano os quais enfatizavam somente a relação nutrição–saúde–produtividade, sendo assim, garantindo apenas a saúde física e o aumento da produtividade no trabalho. Do plano, apenas o Programa de Expansão da Merenda Escolar sobreviveu, pois recebia incentivos do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atual Unicef, que distribuía aos estados do nordeste do país excedentes de leite em pó (BRASIL, 2014).

A Campanha da Merenda Escolar (CME), a qual objetivava amenizar a situação nutricional precária das crianças, iniciou suas atividades em 31 de março de 1955, quando a CNA, subordinada agora ao Ministério da Educação, a regulamentou pelo Decreto nº 37.106 (BRASIL, 2013). Em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, a mesma passou a ser denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional (BRASIL, 2014). Nesse período, ainda havia a doação de alimentos por diversos programas estrangeiros, especialmente americanos, como o Programa Alimentos para a Paz; o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento; e o Programa Mundial de Alimentos, da FAO/ONU (BRASIL, 2013).

As doações de gêneros alimentícios eram compostas principalmente de alimentos industrializados como leite em pó, farinha de trigo e soja. Através do escoamento de excedentes da produção alimentícia, o programa “Alimentos para a Paz”, desenvolvido pelos Estados Unidos, foi apresentado como uma forma de melhorar a alimentação nacional através de suas contribuições para com as políticas públicas de alimentação (SILVA, 1995; BLIEL, 1998; BRASIL, 2014). Entretanto, os alimentos doados acabaram sendo incorporados aos hábitos alimentares da população, a qual tornou-se dependente destes alimentos, reduzindo o consumo de produtos tradicionais da dieta como a mandioca e o milho (BLEIL, 1998). Ao longo dos anos, as doações foram diminuindo e houve a necessidade de manter o Programa da Merenda Escolar com recursos próprios, iniciando a partir de 1960 a compra de produtos nacionais para a alimentação escolar (CHAVES *et al.*, 2006).

Em 1972, a CNA foi extinta com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, que, segundo Belik (2012) “a criação do INAN foi na realidade uma forma de substituir a influência que Josué de Castro – vivendo no exílio, ainda mantinha sobre a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), criada nos anos 40”. Parte dos programas

gerenciados pela CNA, como a merenda escolar, foram mantidos e aperfeiçoados pelo INAN que possuía dentre seus objetivos a criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Apesar do Pronan I ter apresentado falhas na sua execução, devido a entraves administrativos e burocráticos, o Pronan II, a partir de 1976, obteve êxito em sua execução (SILVA, 1995; SPINELLI *et al.*, 2002; BELIK, 2012). Em 1979, o programa passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, como ainda é conhecido nos dias atuais (BRASIL, 2013). O direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar, a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais foi oficializado através da promulgação da Constituição Federal, em 1988 (BRASIL, 2013).

Com a extinção da Campanha Nacional de Alimentação Escolar e a criação do Instituto Nacional de Assistência ao Educando (INAE) em 1981 e, posteriormente, substituído pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE/MEC), em 1983, a qual seria responsável pelo funcionamento, desenho e gerenciamento do PNAE e manteria o processo de aquisição dos alimentos industrializados de forma centralizada. No entanto, os produtos básicos passaram a ser adquiridos nas instâncias estaduais enquanto as prefeituras se encarregaram das aquisições de alimentos básicos *in natura* de produtores locais. (SPINELLI *et al.*, 2002).

Até 1993, a execução do PNAE era realizada de forma parcialmente centralizada, onde o órgão gerenciador era responsável por planejar os cardápios, adquirir os gêneros alimentícios, efetuar o controle de qualidade, e distribuir os alimentos em todo o território nacional (SPINELLI *et al.*, 2002; BRASIL, 2014). A descentralização na execução do programa deu-se a partir de 1994, onde os recursos, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior, passaram a ser transferidos diretamente aos estados e municípios, daí em diante, responsáveis pela sua gerência (BRASIL, 2013; BRASIL, 1994). A descentralização dos recursos orçamentários foi condicionada a instalação de Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) municipais, responsáveis pela supervisão da merenda e fiscalização da aplicação dos recursos (BRASIL, 1994).

A estratégia de descentralização do PNAE teve o intuito de proporcionar maior regularização no fornecimento das refeições, possibilitar melhora na sua qualidade, atender aos hábitos alimentares dos estudantes, incentivar a economia local, diminuir custos operacionais e estimular a participação social (BRASIL, 1994; SPINELLI *et al.*, 2002). Vale salientar que a execução do PNAE pode seguir as duas formas de funcionamento: o modelo

centralizado, em que as prefeituras ou as Secretarias de Educação Estaduais e do Distrito Federal adquirem os alimentos e os distribuem às escolas; e o modelo escolarizado, em que as prefeituras ou as Secretarias de Educação repassam os recursos para as escolas ou creches, as quais ficam responsáveis pela compra e preparo dos gêneros alimentícios, bem como pelo fornecimento da refeição.

A lei nº 11.947/2009 e a Resolução nº 38/2009 trouxeram novos e importantes contornos ao programa. A lei determinou que fosse estendido o direito a alimentação escolar a todos os alunos, desde a creche até o ensino médio e a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2009a). A resolução garantiu que, dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao programa, no mínimo 30% fosse investido na aquisição de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009b).

#### **1.4.2 Agentes participantes do PNAE**

Vários agentes estão envolvidos na execução do PNAE nos âmbitos federal, estadual e municipal. Tais agentes exercem atividades de gestão, controle ou fiscalização. No âmbito federal temos o FNDE, responsável pela coordenação do PNAE, estabelecendo as normas gerais desde o planejamento até a transferência dos recursos financeiros para sua execução. O Ministério Público da União e o Tribunal de Contas da União atuam como órgãos fiscalizadores do Estado. No âmbito municipal, tem-se a Entidade Executora (EE), o CAE e o (a) nutricionista (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b).

A Entidade Executora (EE) corresponde aos governos municipais, estaduais e do Distrito Federal, por meio das suas prefeituras, Secretarias Estaduais de Educação e as Escolas Federais as quais são responsáveis pelo recebimento dos recursos diretamente do FNDE. Às mesmas é atribuída a execução do PNAE, utilizando os recursos financeiros transferidos, prestando contas do programa, ofertando alimentação escolar por no mínimo 200 dias letivos e desenvolvendo ações de educação alimentar e nutricional a todos os alunos matriculados (BRASIL, 2009a).

O CAE consiste de um colegiado permanente, deliberativo e autônomo com função de fiscalizar a aplicação dos recursos e zelar pela qualidade das refeições, desde a compra dos gêneros alimentícios até a oferta da alimentação aos alunos, observando sempre as boas práticas sanitárias e de higiene (BRASIL, 2009a). O CAE deve estabelecer uma relação de parceria com os demais gestores do PNAE, de maneira que sua atuação possa melhorar a execução do mesmo. (BRASIL, 2012).

Gabriel *et al.* (2013) em seu estudo sobre a caracterização e o perfil de atuação dos CAEs no estado de Santa Catarina, destacaram a importância, e acrescentaram que essa parceria também deve ser realizada com os demais membros da comunidade escolar, os quais constituem agentes fundamentais no estímulo à prática de hábitos alimentares

saudáveis. Já Pipitone *et al.* (2003), analisando informações obtidas entre setembro de 1997 e abril de 1998 em 1.378 municípios brasileiros, evidenciaram a incipiente atuação desse grupos, ressaltando a necessidade de uma participação mais efetiva dos mesmos no programa.

A partir de 2006, ficou estabelecido, como conquista fundamental do PNAE, a exigência da presença nas Entidades Executoras do nutricionista como Responsável Técnico (RT) pelo Programa, o que permitiu uma melhora significativa na execução da merenda escolar (BRASIL, 2014). Esta medida garantiu um melhor planejamento da produção das refeições e o desenvolvimento de práticas educativas que promovessem maior entendimento das relações entre educação, saúde e nutrição (CHAVES *et al.*, 2006).

### **1.4.3 O nutricionista e o PNAE**

A nutrição como campo de atuação profissional é relativamente recente, é remetido ao início do século XX (SILVA, 1995). No Brasil, o surgimento do profissional nutricionista ocorreu dentro do setor administrativo dos serviços de alimentação, entre os anos de 1930 e 1940, como parte integrante do projeto de modernização da economia brasileira, conduzido pelo chamado Estado Nacional Populista ou Estado Novo (SILVA, 1995; VASCONCELOS, 2002). O primeiro curso de formação foi criado em 1939 no Instituto de Higiene de São Paulo, atual Curso de Graduação em Nutrição do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (VASCONCELOS, 2002).

Apesar de ser um campo de atuação recente, a Ciência da Nutrição obteve, nos últimos anos, um expressivo desenvolvimento (SILVA, 1995). Este fato é devido a constante apropriação de novas competências por parte dos profissionais da área da nutrição. Dentre estas novas competências/capacidades apresentadas e exigidas na atualidade, há de se destacar a conquista do espaço de trabalho como Responsável Técnico no PNAE e a importância em ser um educador no espaço escolar (VASCONCELOS, 2002; CAMPOS *et al.*, 2004).

De acordo com a lei nº 11.947/2009, cabe ao nutricionista, vinculado à EE, a responsabilidade técnica pela alimentação escolar, respeitando as diretrizes previstas por lei dentro das suas atribuições específicas no programa. O nutricionista constitui-se como profissional mais habilitado para assumir atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação na área de alimentação e nutrição, incluindo a alimentação escolar (BRASIL, 2012). Santos *et al.* (2012) desenvolveram um estudo, a partir de grupos focais, onde analisaram a formação dos profissionais de nutrição do Programa de Formação para

Nutricionistas que atuam no PNAE da região nordeste. Neste estudo, os autores puderam identificar, a partir do relato dos participantes, que durante o curso de graduação há falta de debates e reflexões acerca do trabalho no PNAE. A partir desta constatação, puderam concluir que o despreparo profissional, as ações isoladas e a falta de condições favoráveis de trabalho são aspectos que inviabilizam a realização plena das ações previstas pelo PNAE.

Ainda em relação ao estudo, durante as sessões foi discutida a necessidade de se viabilizar ações mais consistentes, como: qualificação no processo de licitação para a compra dos gêneros alimentícios, visita técnica aos fornecedores, construção de parcerias, viabilização do programa de hortas comunitárias vinculado ao Projeto Educando com a Horta Escolar (PEHE), inserção dos produtos da agricultura familiar nos cardápios e implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). De acordo com Santos *et al.* (2012), somente a capacitação profissional não fornecerá condições satisfatórias para a transformação das práticas alimentares escolares. É necessário uma discussão ampla e aperfeiçoar outros campos das habilidades profissionais, como, além do saber, o saber fazer, o saber ser e o saber conviver.

Scarparo *et al.* (2013) avaliaram a formação de nutricionistas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul atuantes no PNAE. Foi verificado que 78,8% dos entrevistados referiram que sua formação acadêmica foi insuficiente para atuação em um programa de alimentação escolar. Mello *et al.* (2012) em seu estudo sobre o quantitativo de nutricionista e suas atribuições na região nordeste do Brasil, relataram que 37% dos estados brasileiros apresentam graves problemas quanto ao dimensionamento de recursos humanos. Os autores concluíram que a contratação de profissionais da nutrição deve estar em consonância com a Resolução do CFN nº 465/2010, a qual determina a proporcionalidade entre o número de alunos e o de nutricionistas, bem como a carga horária técnica mínima semanal recomendada.

Dados do FNDE até 2011 apresentaram que 79% dos municípios tinham nutricionistas cadastrados no PNAE, mas nem sempre em condição regular. Na cidade de Ribeirão Corrente, em São Paulo, apenas a nutricionista RT é responsável por atender toda a demanda de educação e saúde do município. Na cidade de Breu Branco, no estado do Pará, a situação torna-se ainda mais preocupante, pois apenas um nutricionista atende a demanda de 13,2 mil estudantes. As duas cidades estão em desacordo com o que o Conselho Federal de Nutrição preconiza, ou seja, 500 alunos por nutricionista.

*“A maior preocupação, o ponto crítico é: tem nutricionista? Todo município tem a quantidade adequada, conforme pede a resolução que estipula a quantidade mínima por aluno? A resposta é não”.*

Leomir Araujo, Coordenador Substituto de Educação e Controle Social do PNAE em entrevista à Agência Brasil

De acordo com o Censo Escolar de 2012, Pernambuco possui 1.089 escolas estaduais de ensino básico, 6.532 escolas municipais, 17 escolas federais de ensino básico, 1.197 creches (estaduais e municipais), 5.190 escolas do pré escolar (estaduais e municipais), 2.396 centros de educação de jovens e adultos (estaduais e municipais), 10 centros de educação de jovens e adultos federais e 17 Gerências Regionais de Educação (GRE), cada qual responsável por um grupo de escolas em diferentes regiões do estado (PERNAMBUCO, 2012).

Apesar do grande número de escolas e centros educacionais atendidos pelo PNAE no estado, ainda é pequeno o número de profissionais de nutrição atuantes no programa. Cada GRE possui 1 ou 2 nutricionistas, totalizando em torno de 22 profissionais que são responsáveis em coordenar a alimentação dos estudantes de toda rede pública de ensino de Pernambuco (ALBUQUERQUE, 2012).

#### **1.4.4 Confecção e adequação dos cardápios**

A compreensão da magnitude da alimentação escolar é essencial, caso contrário, o programa da merenda escolar continuará sendo pensado, e até mesmo posto em prática, como um meio apenas para suprir carências nutricionais dos estudantes. Esta visão simplista acaba por desconsiderar os hábitos alimentares regionais, o incentivo à produção agrícola e a necessidade de sistemas adequados de armazenamento e distribuição de alimentos (MIELNICZUK, 2005). Segundo o FNDE (BRASIL, 2014), o cardápio da alimentação escolar é um instrumento que visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável, regionalizada e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e

atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação em educação alimentar e nutricional.

Até o ano de 2006, a merenda escolar brasileira atendia cerca de 15% das necessidades individuais diárias quanto aos principais nutrientes – proteínas, carboidratos e lipídeos (BRASIL, 2014). Este valor, segundo posições oficiais, significava o terço restante da alimentação diária que cabia ao café da manhã e a merenda. Gerentes institucionais consideravam que toda a população brasileira realizavam as três primeiras refeições em casa, sendo assim, sobrariam somente 15% para serem providos pelo Estado. Outra alegação dos gestores é que os 15% decorriam de uma divisão dos 100 % das necessidades nutricionais diárias pelas 24h diárias. Ou seja, uma criança que passa 4 horas na escola, consumiria 1/6 das necessidades diárias na mesma. Dessa forma, 15% foi a proporção fixada para a alimentação escolar até o ano de 2006 (MIELNICZUK, 2005).

A adequação dos valores de referência de ingestão dietética à realidade foi efetivada a partir da Resolução FNDE/CD nº32, de 10 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006). Os novos percentuais permitiram ao nutricionista estabelecer um planejamento dietético que atingisse de fato as necessidades diárias dos escolares durante o período escolar (BRASIL, 2009c). Com a Resolução os cardápios deveriam ser elaborados pelo nutricionista RT com o acompanhamento do CAE, levando em consideração as seguintes características (BRASIL, 2009c):

- suprir, quando oferecida uma refeição, no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creches, pré-escola e ensino fundamental, em período parcial;
- suprir, quando ofertado duas ou mais refeições, no mínimo 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creches, pré-escola e ensino fundamental, em período parcial;
- suprir, por refeição oferecida, no mínimo 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em escolas indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos;
- suprir, quando em período integral, no mínimo 70% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creches, pré-escola, ensino fundamental, escolas indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos.

Além dos valores percentuais listados, a merenda também deverá estar em conformidade com os seguintes pontos:

- O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos

- alimentares saudáveis, atendendo as necessidades nutricionais dos alunos em conformidade com a sua faixa etária e o seu estado de saúde;
- Os gêneros alimentícios devem ser produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais;
- As especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas;
- A oferta de, no mínimo, 3 porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana), sendo que as bebidas à base de frutas não substituem a obrigatoriedade da oferta de frutas *in natura*;
- Os aspectos sensoriais, como as cores, os sabores, a textura, a combinação de alimentos e as técnicas de preparo;
- O horário em que é servida a alimentação e o alimento adequado a cada tipo de refeição.

A Resolução ainda limita a oferta e o consumo de alimentos processados de baixo valor nutricional, ricos em açúcar, gordura e sal e estabelece um limite para aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações semi-prontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados e proíbe a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional. Ainda, de acordo com Art. 3º da Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006, a promoção da alimentação saudável nas escolas deve se basear nos seguintes eixos prioritários:

- Ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;
- Estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;
- Estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;
- Restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras;
- Monitoramento da situação nutricional dos escolares.

Mais recentemente a Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014 preconiza que para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada, em virtude de estado ou de condição de saúde específica, será elaborado cardápio especial com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas.

Para tanto, de acordo com FNDE (BRASIL, 2014), atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50

Ao nutricionista, é dada uma grande responsabilidade no sentido de confeccionar um cardápio que proporcione a oferta de uma alimentação saudável, regionalizada e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico. No entanto qual desses critérios é o mais importante para a confecção dos cardápios? Provavelmente, o orçamento repassado contribui grandemente para a sua construção, entretanto, outros fatores, como os culturais, contribuem para determinar a alimentação escolar e devem ser levados em consideração para sua aceitação e adesão. Dessa forma, não apenas o fator econômico direciona as escolhas dos alimentos, é necessário que o nutricionista direcione os recursos e aproveite o mesmo de forma a garantir alimentos, que precisam ser satisfatoriamente aceitos.

## 1.5 Método

O trabalho trata-se de uma Pesquisa Social de campo, do tipo participante e de cunho qualitativo. Ela é social de campo porque investigou uma atividade humana (alimentação e nutrição) nos espaços da realidade concreta (escola pública). Segundo Gil (2008), pesquisas sociais de campo buscam o conhecimento detalhado de um fato, de uma atividade, de um processo através de observação e estudo profundo e exaustivo. Estas são utilizadas no estudo de experiências vividas por pessoas ou grupos, buscando as representações, o sentido e significado que as mesmas lhes atribuem (DRIESSNACK *et al*, 2007) e tem como objetivo levantar as impressões, opiniões, atitudes e crenças visando uma visão ampla e detalhada da realidade (GIL, 2008; MINAYO, 2010). A pesquisa é participativa visto que envolveu coletivamente e de modo cooperativo os atores sociais

engajados no processo e é qualitativa, pois responde a questões mais particulares, tanto individual quanto coletivamente (GIL, 2008; MINAYO, 1994). Esta pesquisa trabalhou

*“com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis matemáticas”* (MINAYO, 2010).

### 1.5.1 Delineamento da População

Foram envolvidos na pesquisa alunos do ensino médio, merendeiras, professores e direção da Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) José Joaquim da Silva Filho (Escola Polivalente) da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE. A escolha da escola se deve ao fato de outros projetos do Centro Acadêmico de Vitória/UFPE a serem desenvolvidos no estabelecimento de ensino, inclusive um de intervenções educativas/oficinas acerca do campo da alimentação e nutrição.

### 1.5.2 Coleta das Informações

Como técnica para coleta dos dados da realidade foi realizado um processo sistemático de observações participantes na escola. As observações foram realizadas duas a três vezes por semana no período da manhã após aprovação da direção da escola. Foram observados, identificados, minuciosamente registrados em caderno de campo e refletidos criticamente: o ambiente físico e social, as práticas, características, normas, valores e crenças atribuídos à merenda escolar e as atitudes e falas dos sujeitos envolvidos. As categorias/descriptores utilizados para as observações estão contemplados abaixo (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 – Categorias/descriptores para as observações participantes sistemáticas

LOCAIS E PARÂMETROS OBSERVADOS	CATEGORIAS/DESCRITORES
<u>Área física da escola</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como é a arquitetura da escola?</li> <li>• A qualidade e quantidade de salas de aula e laboratórios são satisfatórias?</li> <li>• Há espaços para lazer dos atores da escola?</li> </ul>
<u>A escola</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como se dá o dia a dia na escola?</li> <li>• Como os alunos se sentem no ambiente escolar?</li> <li>• Qual a proposta político pedagógica da escola para a merenda?</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como a escola se comporta diante da merenda escolar?</li> </ul>
<u>A cozinha</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A cozinha é um ambiente seguro para os que a frequentam?</li> <li>• A cozinha está dentro dos padrões e normas higiênico-sanitários?</li> <li>• Como é o dia a dia dos merendeiros?</li> <li>• Qual o tipo de relação entre os merendeiros e os alunos?</li> <li>• Quais os demais colaboradores durante o preparo da merenda? Existem? Quem são?</li> </ul>
<u>Local e ato de merendar</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais as características estruturais do refeitório?</li> <li>• Há mesas e cadeiras no refeitório?</li> <li>• O refeitório é um ambiente limpo e seguro?</li> <li>• Os alunos e demais atores da escola costumam frequentar o refeitório fora do horário da merenda?</li> </ul>
<u>Merenda</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como se dá o preparo da merenda?</li> <li>• O que se serve na merenda? O que é servido com maior frequência? Por que?</li> <li>• Onde a merenda é armazenada antes de ser servida? (Balde? Cuba? Bacia?)</li> <li>• Como são servidas as porções? (1 concha? 1 copo?)</li> <li>• As porções servidas são suficientes?</li> <li>• Existe repetição?</li> <li>• Quem come a merenda e qual o local?</li> <li>• Como os professores organizam a “hora da merenda”?</li> <li>• Os professores comem a merenda com os alunos?</li> <li>• Como é a hora da merenda? Há organização, fila, tempo suficiente, violência?</li> <li>• Os alunos demonstram gostar da merenda? Quais preparações?</li> <li>• Há outro nome dado a merenda no ambiente escolar? Qual a origem?</li> <li>• Os alunos veem a merenda como lanche (complemento) ou refeição?</li> <li>• Reconhecem sua importância? Em quais aspectos?</li> </ul>
<u>Conhecimentos tratados</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A merenda e a alimentação são temas transversais tratados no cotidiano escolar e nas disciplinas?</li> <li>• Em qual ou quais disciplinas são abordados os temas sobre alimentação e nutrição?</li> <li>• Em qual contexto se dá essa abordagem?</li> </ul>

Além das observações, enquanto instrumental para coleta dos dados da realidade, foram realizadas entrevistas e análise documental. As entrevistas foram semi-estruturadas e norteadas por 03 questões centrais:

- ✓ Você gosta da merenda?;
- ✓ O que você mudaria nela?;
- ✓ O que você sabe de nutrição?.

Para as mesmas foram selecionados, ao acaso, de maneira não probabilística, 30 pessoas entre alunos, merendeiras, funcionários e professores. Os alunos foram entrevistados no horário do recreio ou no contraturno escolar. Cada entrevista teve a duração aproximada de 15 minutos. Como critérios de inclusão para participar das entrevistas, o(a) aluno(a) deveria estar regularmente matriculado no ensino médio da escola e apresentar o(s) Termo(s) de Assentimento/Consentimento (Anexo 1) devidamente preenchido e assinado. Como critério de exclusão, o aluno não estar regularmente matriculado no ensino médio da escola e não apresentar o(s) Termo(s) de Assentimento/Consentimento preenchido e assinado. Outros sujeitos da escola também foram entrevistados.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). O DSC tem como fundamento os pressupostos da Teoria das Representações Sociais e consiste de um método de tabulação e organização de dados qualitativos, desenvolvido no fim da década de 90 por Lefevre e Lefevre. A metodologia do DSC consiste em analisar depoimentos e demais materiais verbais e permite que se conheçam os pensamentos, representações, crenças e valores de um grupo social sobre um determinado tema. É uma proposta de reconstituição de um ser empírico opinante que represente uma parcela da coletividade (LEFEVRE *et al.*, 2006; DUARTE *et al.* 2009).

Como principais operadores metodológicos do DSC tem-se as expressões-chave (ECH), as ideias centrais (IC) e as ancoragens (AC). As expressões-chave são pedaços, fragmentos, recortes da fala e trechos do discurso, ou seja, descrições literais dos depoimentos, reveladores da essência do conteúdo do discurso. As ideias-centrais são palavras ou expressões linguísticas, criadas pelo pesquisador, que revelam, descrevem e nomeiam de maneira precisa e sintética, o sentido presente nas respostas e depoimentos. As ancoragens expressam as teorias, ideologia, premissas, hipóteses e princípios que o autor do discurso professa e que está embutida no seu discurso. Estes operadores são organizados, de forma lógica e coerente, em mapas denominados Instrumentos de Análise

do Discurso (IAD) (Apêndice 1). Por fim, há a construção de um discurso único redigido na primeira pessoa do singular, o Discurso do Sujeito Coletivo (Apêndice 2) (LEFEVRE *et al.*, 2006; DUARTE *et al.* 2009).

### **1.5.3 Aspectos Éticos**

Em atendimento ao disposto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco e foi aprovada sob o Parecer nº 777.633 (Anexo 3). Antes da realização das observações e entrevistas foram explicados à Gerência Regional de Educação (GRE), à gestão da escola, aos escolares e aos seus responsáveis os objetivos da pesquisa e prestado esclarecimento sobre a confidencialidade dos dados. Em seguida, foram solicitadas Cartas de Anuência da GRE e da gestão do EREM José Joaquim da Silva Filho (Anexo 2) e preenchimento e assinatura dos devidos termos de Assentimento/Consentimento

## **CAPÍTULO 2**

Realidade e significado da merenda escolar em uma escola pública do município de Vitória de Santo Antão - PE

The routine of school lunches: analysis of experience in a school of the State Public Education Network of Vitória de Santo Antão / PE

O artigo foi submetido à Revista Saúde e Sociedade que apresenta Qualis B1.

Samanta Siqueira de Almeida – Graduada em Nutrição. Mestranda em Saúde Humana e Meio Ambiente do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco. Endereço: Rua do Cajueiro, 535, Cajueiro Seco, Jaboatão dos Guararapes, CEP: 54330-200, Pernambuco, Brasil. E-mail: samantasiqueiradealmeida@gmail.com

Marco Antônio Fidalgo Amorim - Doutor em Nutrição. Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco.

Endereço: Rua Alto do Reservatório, s/n, Bela Vista, Vitória de Santo Antão, CEP 55608-680, Pernambuco, Brasil. E-mail: marcofidalgo1@hotmail.com

### **Resumo**

A merenda escolar atua como ferramenta importante no ambiente da escola, garantindo o aporte nutricional necessário durante o período letivo e podendo constituir-se como fonte de diversos conhecimentos e saberes a respeito do campo da alimentação humana. Sendo assim, a escola representa um espaço privilegiado à realização de atividades promotoras da consciência alimentar. A identificação do cotidiano da merenda escolar e dos sentidos e significados que os atores envolvidos no processo de alimentação escolar atribuem a seu respeito compõe medida importante para conhecer como a mesma tem sido concebida na rotina das escolas e para auxiliar no planejamento de ações que a qualifiquem. Dessa forma, o presente trabalho identificou o cotidiano da merenda escolar e os sentidos e significados conferidos a ela pelos atores envolvidos no processo. Para isso, foi desenvolvida uma Pesquisa Social de campo de cunho qualitativo no EREM José Joaquim da Silva Filho no município de Vitória de Santo Antão/PE. Foram realizadas observações participantes sistemáticas e entrevistas. Os dados da realidade obtidos a partir das

observações foram minuciosamente registrados e refletidos criticamente. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Pode-se concluir que a merenda ocorre efetivamente na escola, entretanto, a mesma não satisfaz aos gostos dos atores e a qualidade dos alimentos não demonstra estar em consonância com o que se preconiza o PNAE. O entendimento sobre um bem cultural-histórico imperioso, como é o campo da alimentação e nutrição, ainda é limitado.

**Palavras-chave:** Programa Nacional de Alimentação Escolar, Merenda Escolar, Representações Sociais, Escola.

### **Abstract**

School meals acts as an important tool in the school environment, ensuring the nutritional support needed during the school year and may constitute it self as a source of diverse knowledge about the field of human nutrition. Thus, the school is privileged space to conduct activities promoting food awareness. The identification of everyday life school lunches and senses and meanings that the actors involved in school feeding process attach to their respect composes important measure to knowhow it has been conceived in the school routine and to assist in planning actions that qualify. Thus, the present work identified the routine of school meals and the meanings conferred to it by the actors involved in the process. For this, we developed a Social Field research with qualitative approach in EREM Joaquim José da Silva Filho in Vitória de Santo Antão /PE. Were performed systematic participant observations and interviews. The data obtained from the reality from observations were described in detail and reflected critically. The interviews were recorded, transcribed and analyze using the technique of the Discourse of Collective Subject (DSC). It can be concluded that the feeding occurs effectively in school, however, does not satisfy the tastes of the actors and the quality of food does not prove to be in line with what is recommended by the PNAE. The understanding of a cultural-historical heritage, asis the field of food and nutrition, is still limited.

**Keywords:** National School Feeding Programme, School Feeding, Social Representations, School.

### **Introdução**

A discussão sobre alimentação ganhou espaço na última década devido às mudanças no padrão dietético das populações. Atualmente, há preferência pelo consumo de alimentos de alta densidade calórica e baixo valor nutricional a qual vem acarretando aumento na incidência de doenças crônicas não transmissíveis (VILARTA e col., 2010)

. Segundo Garcia (2003), em decorrência às demandas contemporâneas, como falta de tempo, recursos financeiros, locais disponíveis para se alimentar e busca pela praticidade, estratégias foram desenvolvidas pelas indústrias e pelo comércio para atender tais necessidades. Desta forma, alimentos mais práticos de serem armazenados e consumidos e menos perecíveis estão sendo desenvolvidos e lançados no mercado e, a partir de forte campanha publicitária, vêm contribuindo para mudanças no consumo alimentar. O processo de alteração do caráter alimentar é reconhecido como transição nutricional. Em diversas sociedades em desenvolvimento observa-se a coexistência entre prevalência da desnutrição e aumento da obesidade (KAC e col., 2003).

Nesse sentido, a escola constitui um espaço privilegiado para construção e consolidação de práticas alimentares saudáveis e entendimento aprofundado acerca da complexidade do processo da alimentação humana (YOKOTA e col., 2010). A educação em nutrição na escola atua como ferramenta fundamental nesse processo, visto que o conhecimento sobre nutrição representa um fator preventivo contra diversas enfermidades e garante entendimento sobre um bem cultural-histórico imperioso como é a alimentação e nutrição. Acredita-se que ações pedagógicas nas escolas que viabilizem o debate, a análise e a ampliação do entendimento/conhecimento acerca da complexidade do processo de alimentação e nutrição humana e dos seus aspectos e determinantes biológicos, culturais, sociais, ambientais, políticos e econômicos são estratégias interessantes para se refletir criticamente sobre o binômio fome-abundância e repensar o uso do alimento (PEDRAZA e col., 2006; VIEIRA e col., 2008).

As escolas públicas da Rede de Ensino Básico do país contam com políticas públicas voltadas para a alimentação escolar. Dentre essas políticas, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais conhecido como Merenda Escolar, o qual possui o objetivo de fornecer alimentação adequada aos alunos, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a melhoria da aprendizagem, o rendimento escolar e para a formação de hábitos alimentares saudáveis a partir de ações pedagógicas (BRASIL, 2009). Desde a sua origem, na década de 40, até os dias atuais, o PNAE ganhou abrangência e se firmou como uma das principais políticas públicas na área de alimentação e nutrição do Brasil, além de ser considerado mundialmente um dos maiores programas na área de alimentação escolar (BRASIL, 2012; BRASIL, 2013). É de salientar que no país, devido às suas dificuldades econômicas, a alimentação escolar assume, além de todos os papéis citados anteriormente, uma função de caráter assistencial a qual se expressa no número significativo de alunos que vão à escola,

em jejum ou mal alimentados, e têm na merenda escolar sua única refeição diária (STOLARSKI, 2005).

Até 1993, a execução do PNAE era realizada de forma parcialmente centralizada, onde o órgão gerenciador era responsável por planejar os cardápios, adquirir os gêneros alimentícios, efetuar o controle de qualidade, e distribuir os alimentos em todo o território nacional (SPINELLI e col., 2002; BRASIL, 2014). A descentralização na execução do programa deu-se a partir de 1994, onde os recursos, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior, passaram a ser transferidos diretamente aos estados e municípios, daí em diante, responsáveis pela sua gerência (BRASIL, 2013; BRASIL, 1994). A descentralização dos recursos orçamentários foi condicionada a instalação de Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) municipais, responsáveis pela supervisão da merenda e fiscalização da aplicação dos recursos (BRASIL, 1994).

A estratégia de descentralização do PNAE teve o intuito de proporcionar maior regularização no fornecimento das refeições, possibilitar melhora na sua qualidade, atender aos hábitos alimentares dos estudantes, incentivar a economia local, diminuir custos operacionais e estimular a participação social (BRASIL, 1994; SPINELLI e col., 2002). A partir de 2006, ficou estabelecido, como conquista fundamental do PNAE, a exigência da presença nas Entidades Executoras do nutricionista como Responsável Técnico (RT) pelo Programa, o que permitiu uma melhora significativa na execução da merenda escolar (BRASIL, 2014). Esta medida garantiu um melhor planejamento da produção das refeições e o desenvolvimento de práticas educativas que promovessem maior entendimento das relações entre educação, saúde e nutrição (CHAVES e col., 2006).

A lei nº 11.947/2009 e a Resolução nº 38/2009 trouxeram novos e importantes contornos ao programa. A lei determinou que fosse estendido o direito a alimentação escolar a todos os alunos, desde a creche até o ensino médio e a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2009). A resolução garantiu que, dos recursos financeiros repassados pelo FNDE ao programa, no mínimo 30% fosse investido na aquisição de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009).

Com relação a participação de nutricionistas no Programa, dados do FNDE até 2011 apresentaram que 79% dos municípios tinham nutricionistas cadastrados no PNAE, mas nem sempre em condição regular. Na cidade de Ribeirão Corrente, em São Paulo, apenas a nutricionista RT é responsável por atender toda a demanda de educação e saúde do município. Na cidade de Breu Branco, no estado do Pará, a situação torna-se ainda mais preocupante, pois apenas um nutricionista atende a demanda de 13,2 mil estudantes. As

duas cidades estão em desacordo com o que o Conselho Federal de Nutrição preconiza, ou seja, 500 alunos por nutricionista.

O PNAE é um programa de suplementação alimentar não possuindo a função de erradicação da fome no país. O discurso em que cabe à merenda escolar acabar com a fome, muitas vezes, é atribuído ao programa pelo fato de seus beneficiários pertencerem às camadas mais vulneráveis da população. Entretanto, segundo Pedraza *et al.* (2006), é reconhecido que a merenda escolar é para muitos estudantes a única ou principal refeição do dia, dessa forma ganhando o PNAE uma dimensão social ainda maior.

Até o ano de 2006, a merenda escolar brasileira atendia cerca de 15% das necessidades individuais diárias quanto aos principais nutrientes – proteínas, carboidratos e lipídeos (BRASIL, 2014). A adequação dos valores de referência de ingestão dietética à realidade foi efetivada a partir da Resolução FNDE/CD nº32, de 10 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006). Os novos percentuais permitiram ao nutricionista estabelecer um planejamento dietético que atingisse de fato as necessidades diárias dos escolares durante o período escolar (BRASIL, 2009). A Resolução ainda limitam a oferta e o consumo de alimentos processados de baixo valor nutricional, ricos em açúcar, gordura e sal e estabelece um limite para aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações semi-prontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados e proíbe a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional (BRASIL, 2009).

A compreensão da magnitude da alimentação escolar é essencial, caso contrário, o programa continuará sendo pensado, e até mesmo posto em prática, como um meio apenas para suprir carências nutricionais dos estudantes. Esta visão simplista acaba por desconsiderar os hábitos alimentares regionais, o incentivo à produção agrícola e a necessidade de sistemas adequados de armazenamento e distribuição de alimentos. Segundo o FNDE (BRASIL, 2014), o cardápio da alimentação escolar é um instrumento que visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável, regionalizada e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação em educação alimentar e nutricional.

### **A escola como ambiente de formação**

As preferências alimentares infantis estão se manifestando, em geral, em torno dos alimentos e dietas ricas em açúcares e gorduras (CANESQUI e col., 2005). Com a globalização dos mercados de alimentos, temos uma população que incorporou ao seu cotidiano o regime alimentar moderno caracterizado pela preferência por alimentos

produzidos em massa e a baixo custo, industrializados e *fast-foods* (CABALLERO, 2005; SOUZA, 2010). A aderência ao novo estilo alimentar transformou a qualidade da alimentação, antes basicamente composta por carboidratos complexos, frutas, verduras e legumes, em uma alimentação rica em ácidos graxos saturados, carboidratos simples, álcool, ácidos graxos trans e sal (SOUZA, 2010).

Desta forma, o ambiente escolar constitui-se em um espaço privilegiado onde é possível desenvolver projetos educacionais acerca do campo da alimentação e nutrição, a partir de uma visão interdisciplinar e multiprofissional e considerando o contexto familiar, social e ambiental. Segundo alguns autores, esse projetos podem ser responsáveis pela análise crítica dos alimentos consumidos e na construção de conhecimentos e conceitos amplos acerca da alimentação e nutrição humana (BOOG 1999; MANÇO e col., 2004; SCHMITZ, 2008; RODRIGUES e col., 2005). Neste sentido, de acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012), intervenções pedagógicas em Educação Alimentar e Nutricional, através de práticas educacionais problematizadoras, considerando a alimentação como ato social e cultural produzindo sistemas alimentares fortemente influenciados por fatores ecológicos, históricos, culturais, econômicos e políticos, pode implicar em escolhas alimentares conscientes e na construção de uma identidade alimentar (ABREU, 1995; MANÇO e col., 2004; BRASIL, 2012). Ademais, tais projetos representam no contexto escolar a possibilidade de uma ação educativa a qual favorece o acesso e discussão acerca dos saberes e conhecimentos do campo da alimentação e nutrição, a formação de novas aprendizagens sociais e o resgate da dimensão coletiva e plural da alimentação e nutrição humana (TRICHES e col., 2005).

Assao (2012) investigou as percepções de crianças de escolas de um município da região metropolitana de São Paulo em relação à alimentação escolar. Ficou claro no estudo que a merenda oferecida representa muito mais do que o saciar a fome. O autor observou que ela constitui um momento de convivência social, de socialização de saberes e de materialização da cidadania. Sendo assim, o conhecimento dos fatores intervenientes à aceitação e adesão à merenda escolar e os sentidos e significados dados a ela pelos atores envolvidos (alunos, merendeiras, professores, direção da escola e nutricionista) representam, nesse contexto, a compreensão ampla do seu papel no chão da escola.

Outros estudos de intervenção comprovam a eficácia do trato com o conhecimento em oficinas/aulas em Educação Alimentar e Nutricional (SANTOS e col., 2012; YOKOTA e col., 2010; TRICHES e col., 2005). Castro e col. (2007) desenvolveram um trabalho com escolares adolescentes, merendeiras e profissionais da área de educação e saúde na cidade do Rio de Janeiro. O método empregado buscou promover a reflexão sobre práticas

alimentares na perspectiva da promoção da saúde e qualidade de vida, superando a abordagem focada na prevenção e tratamento de doenças. Foram realizadas oito oficinas culinárias educativas, discutidas e construídas em conjunto com os participantes do estudo. Os autores concluíram que o modelo adotado trouxe inovações pedagógicas para as práticas educativas no campo da alimentação e nutrição.

Yokota e col. (2010) realizaram um estudo com alunos e professores de quatro escolas do Distrito Federal com o objetivo de comparar seus conhecimentos, quando submetidos a duas estratégias de educação nutricional. A primeira consistiu em oficinas educativas realizadas pelos pesquisadores, e a segunda, oficinas educativas realizadas por professores que foram capacitados para tal. Observou-se que ambas estratégias produziram bons resultados, e foram igualmente úteis no trabalho educativo em nutrição, devendo ser estimuladas.

No ano de 2010, Boog desenvolveu um programa de educação nutricional em uma escola da zona rural de São Paulo. Tal programa foi pensado para alunos e professores da escola, mas acabou se estendendo para os pais dos alunos, pois se baseou no modo de vida das famílias residentes no entorno. Com ajuda dos alunos, confeccionou-se uma maquete representativa da comunidade, seguindo-se de discussão sobre a mesma, bem como a degustação de frutas produzidas localmente, valorizando o seu consumo e a agricultura local. Observou-se ressignificação da alimentação através da valorização do trabalho, da história e da identidade cultural das famílias.

### **Sentidos e significados da merenda escolar– as representações sociais**

O ato de comer está impregnado de características polissêmicas, ou seja, assume diferentes significados quando relacionado a diferentes contextos (históricos, sociais, culturais e políticos) que, segundo Cascudo (1962) em seu Dicionário do folclore brasileiro: "*Transcende do simples ato de alimentar-se à significação da comida*". Gonçalves (2004) em seu ensaio, fazendo referência a Cascudo, relata que a comida relaciona-se com o ser social e culturalmente carregado de significados e difere-se da relação estritamente fisiológica entre o alimento e o homem. Ainda segundo Gonçalves (2004): "*Se a "comida" está associada a um ser humano concebido em termos de "paladar" e, portanto, de escolha cultural, o "alimento", por sua vez, está associado a um ser humano entendido como indivíduo infeliz, fraco, faminto e dependente da sociedade*".

Desta forma, a compreensão sobre o ato de "comer" não está e não pode ser separado do ato de "alimentar-se", visto que alterações no padrão alimentar da civilização moderna são fatores responsáveis pelas mudanças observadas nos problemas e agravos

nutricionais, como o aumento alarmante do número de pessoas com excesso de peso e obesidade (KAC *et al.*, 2003). Tais alterações no padrão alimentar da população são também reflexos dos conjuntos de representações, classificações, sentidos, significados e regras alimentares que influenciam determinado grupo a escolher seus alimentos, combinações alimentares, horários e números de refeições. Segundo Garine (1987), “*O homem se alimenta de acordo com a sociedade a que pertence*”.

As representações não pertencem a um único campo de conhecimento; possuem suas raízes na sociologia, atravessam a psicanálise e se desenvolvem na psicologia social (LEFEVRE e col., 2006). Para Candau (1985) as representações sociais são formas com que o sujeito age, se coloca, se posiciona, se aliena, se perde, ou se recupera ao longo do processo de existência. Minayo (1993) cita que nelas estão presentes indicadores tanto de dominação quanto de resistência, tanto de conflito como de conformismo, expressando contradições vividas no campo das relações de produção social.

As representações sociais são desencadeadas pelas ações coletivas dos indivíduos, têm um caráter dinâmico e surge a partir do momento em que características de um dado grupo social são questionadas, ou seja, são respostas das relações estabelecidas dentro e fora de um dado grupo social (ARAUJO, 2008). Segundo Bourdieu (1989), a elaboração de tais respostas é estruturada a partir do poder simbólico que seria um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem condizente com o mundo social, ou seja, uma concordância consensual existente no mundo social sobre o tempo, sobre a causa, sobre o espaço. Concordando com Bourdieu, Moscovici (1978) ressalta que os grupos sociais, elaboram informações sobre a realidade com a qual se relacionam. Acrescenta-se a isto, o fato das representações, sentidos, significados e símbolos possuírem uma função política, pois servem como instrumento de integração social, dando sentido ao mundo e contribuindo para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1989).

Neste contexto, enquanto bem histórico, temos a “cultura alimentar” caracterizada por ser um conjunto de representações baseadas em crenças, conhecimentos e prática relacionadas aos alimentos, que é compartilhado, herdado e/ou aprendido e vivenciado emocionalmente (BAIAO, 2007). A comida é o principal veículo pelo qual as camadas subalternas pensam sua condição. A primeira associação que fazem ao falarem do que comem é com a pobreza (ZALUAR, 1985). Bourdieu (1992) descreve que diferentes padrões de consumo constituem uma via a partir da qual os ricos se diferenciam dos pobres, havendo também a mobilidade social das classes através da imitação dos padrões alimentares.

Diante do exposto, como a realidade é sempre extremamente rica em detalhes, a identificação do cotidiano da merenda escolar e dos sentidos e significados que os atores envolvidos no processo de alimentação escolar atribuem a seu respeito compõe medida importante para conhecer como a mesma tem sido concebida na rotina das escolas e para auxiliar no planejamento de ações que a qualifiquem.

## **Método**

O trabalho trata-se de uma Pesquisa Social de campo e do tipo participante. Foram envolvidos na pesquisa alunos do ensino médio, merendeiras, professores e direção da Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) José Joaquim da Silva Filho (Escola Polivalente) da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE. Como técnica para coleta dos dados da realidade foi realizado um processo sistemático de observações participantes na escola. As observações foram realizadas duas a três vezes por semana no período da manhã após aprovação da direção da escola. Foram observados, identificados, minuciosamente registrados em caderno de campo e refletidos criticamente: o ambiente físico e social, as práticas, características, normas, valores e crenças atribuídos à merenda escolar e as atitudes e falas dos sujeitos envolvidos. As categorias/descriptores utilizados para as observações foram relacionadas à: área física da escola, o dia a dia da merenda, o local e o ato de merendar, e os conhecimentos do campo da alimentação e nutrição. Além das observações, enquanto instrumental para coleta dos dados da realidade, foram realizadas entrevistas e análise documental. As entrevistas foram semi-estruturadas e norteadas por 03 questões centrais: Você gosta da merenda? O que você mudaria nela? O que você sabe de nutrição?

Para as mesmas foram selecionados, ao acaso, de maneira não probabilística, 30 pessoas entre alunos, merendeiras, funcionários e professores. Os alunos foram entrevistados no horário do recreio ou no contraturno escolar. Cada entrevista teve a duração aproximada de 15 minutos. Como critérios de inclusão para participar das entrevistas, o(a) aluno(a) deveria estar regularmente matriculado no ensino médio da escola e apresentar o(s) Termo(s) de Assentimento/Consentimento devidamente preenchido e assinado. Como critério de exclusão, o aluno não estar regularmente matriculado no ensino médio da escola e não apresentar o(s) Termo(s) de Assentimento/Consentimento preenchido e assinado. Outros sujeitos da escola também foram entrevistados.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). O DSC tem como fundamento os pressupostos da Teoria das Representações Sociais e consiste de um método de tabulação

e organização de dados qualitativos, desenvolvido no fim da década de 90 por Lefevre e Lefevre. A metodologia do DSC consiste em analisar depoimentos e demais materiais verbais e permite que se conheçam os pensamentos, representações, crenças e valores de um grupo social sobre um determinado tema. É uma proposta de reconstituição de um ser empírico opinante que represente uma parcela da coletividade (LEFEVRE e col., 2006). Por fim, há a construção de um discurso único redigido na primeira pessoa do singular, o Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE e col., 2006). Em atendimento ao disposto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco e foi aprovada sob o Parecer nº 777.633.

### **Resultados e Discussão**

Baseada na pedagogia humanística, a escola possui sua proposta educativa estruturada na Educação Interdimensional, contemplando ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade (PERNAMBUCO, 2009). O currículo atende ao disposto na Lei Federal nº 9.394/96 e no Referencial Curricular Nacional para o ensino médio, tendo como destaque a educação tecnológica básica e como princípios a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a interdimensionalidade e a contextualização (PERNAMBUCO, 2009). Com relação ao fornecimento de alimentação, a escola está cadastrada no PNAE e oferta diariamente aos estudantes o lanche da manhã, almoço e lanche da tarde. As refeições na escola são fornecidas por uma empresa terceirizada. Neste modelo, o município contrata uma empresa, por meio de licitação pública, para fornecer a alimentação aos escolares (CHAVES e col., 2006).

No refeitório almoçam todos os atores da escola: auxiliares de serviço geral, merendeiros, porteiros, secretárias, coordenação, professores, estudantes e diretoria. A gestão e coordenação da escola almoçam no refeitório, porém, algumas vezes, realizam a refeição em uma pequena copa, mais reservada, dentro da cozinha, onde há a disposição uma mesa com cadeiras. Outros grupos de professores reúnem-se em uma única mesa e o contato com os estudantes é mínimo. Apenas o professor de Educação Física senta-se com os estudantes, conversa e participa do ritual da refeição. Segundo Gonçalves (2004), a comida pode estar presente em diferentes situações sociais e culturais. Já a refeição é entendida como uma situação social e cultural particular e fortemente ritualizada. Ela pressupõe, obrigatoriamente, um modo específico de preparar, de servir e de consumir. O comer junto cria laços, promove ligações, faz com que os indivíduos (alunos e professores)

se sintam próximos e, portanto, menos temíveis, pois são deixadas de lado as diferenças, e o lugar da refeição é onde o relacionamento é alimentado e o afeto emerge (SCLICHTING e col., 2007). Neste sentido, a comida torna-se um “agente facilitador” pelo espaço de socialização existente no momento da refeição. Quando se come junto, o vínculo e a interação grupal são viabilizados (SCLICHTING e col., 2007). Um fato que chamou à atenção da pesquisadora, foi observar que, enquanto comem, os alunos conversam, debatem, estudam e brincam.

Com relação à ideia que os alunos têm acerca da merenda escolar, a análise dos resultados encontrados evidenciou, nas respostas mais citadas, a estreita relação das refeições com a categoria de promoção de saúde e os conceitos “saudável e não saudável”, “boa alimentação” ou “alimentação saudável”. A valoração atribuída pelos entrevistados à questão da associação entre saúde e a preferência por frutas e hortaliças, fica evidente nas falas apresentadas a seguir:

*“A **merenda é uma alimentação saudável**. Que não desse pão com queijo, queria que desse **frutas, alimentos mais saudáveis**, porque passamos o dia todo aqui e precisamos nos alimentar melhor.”*

*Estudante do 2º ano C*

*“Deveria ser mais variada e acrescentar **salada de fruta** aos lanches.”*

*Estudante do 2º ano C*

*“A merenda é boa, mas a salada... **deveria ter mais alface e tomate... queremos salada! A salada de fruta também poderiam dar.**”*

*Estudante do 2º ano*

Referente a não oferta de saladas cruas, saladas cozidas, frutas e preparações como as saladas de frutas nos lanches e o aumento da oferta de bolachas salgadas, no intuito de suprir a possível falta das frutas e outras preparações, observou-se como fatores limitantes o repasse dos gêneros por parte da empresa terceirizada e o tempo gasto para se preparar.

*“Estamos com **problemas no recebimento de frutas e verduras**, eu **acho que é algum problema de verba**. Chegou tomate, cebola, coentro... mas só dá para refolgar.”*

*Merendeira 1*

*“Nós não servimos salada de frutas **porque toma muito tempo**. Da última vez, na reunião das mães, **tomou muito tempo** do preparo do almoço.”*

*Merendeira 2*

Ainda são escassas informações que possibilitem uma completa avaliação do PNAE no país após a descentralização. As pesquisas até o momento são isoladas e na sua quase totalidade realizadas no estado de São Paulo (SOBRAL, 2008). Sendo assim, parece que a escassez está ancorada principalmente em questões financeiras, sendo expressa no insuficiente repasse de verbas pelo FNDE ou na não aquisição dos produtos, devido a seu custo, por parte da terceirizada. Analisando esta questão, Mielniczuk (2005), em seu estudo, constatou que em várias regiões do país as frutas são caras para a merenda escolar e que para superação desse impasse, deve-se visar a aquisição de gêneros alimentícios na própria região.

Se tratando dos gostos alimentares, o que emerge dos discursos como ideia central, são queixas do corpo estudantil com relação ao percentual de gordura e sal nas preparações. Observou-se também demonstrações de rejeição por parte dos professores, que trazem suas refeições e a preparam na copa dos funcionários ou, por vezes, preferem almoçar fora da escola.

*“A merenda é **uma gororoba cheia de gordura**, mas as funcionárias da cozinha não têm culpa, porque elas só fazem o que mandam.”*

*Estudante do 2º ano C*

*“A merenda não é muito boa, pois **as carnes vêm com bastante gordura** e não tem muita salada e quando tem peixe é muito ruim!”*

*Estudante do 2º ano C*

*“**A comida tem muito óleo**, mas não é tão ruim. O suco deveria melhorar. O lanche da tarde ter mais variedades, eu não agüento mais biscoito salgado!”*

*Estudante do 2º ano C*

De acordo com Proença e col. (2005), um alimento, para ser capaz de manter a vida, não deve possuir somente qualidades nutricionais, expressadas pelas quantidades de glicídios, lipídios, proteínas, vitaminas e minerais, é necessário que ele seja conhecido e/ou aceito pelo indivíduo e pelo grupo social.

Apesar de negarem a merenda, os alunos aderem à mesma pelo fato de que em EREMs as cantinas não existem e, na Escola Polivalente, é proibido levar comida de casa, ou seja, por permanecerem por período integral, das 7:00h às 17:00h, a eles somente é permitido o consumo de alimentos e preparações produzidas na escola.

Com relação à importância da merenda, observou-se ideias ancoradas apenas à necessidade biológica. Os alunos não apresentaram em suas falas o reconhecimento da alimentação enquanto bem histórico construído historicamente pelo homem.

*“É importante para **suprir as necessidades do corpo**, para nos manter firme o dia inteiro.”*

*Estudante do 2º Ano A*

*“Importante pra **tirar a barriga da fome** para sempre!”*

*Estudante do 1º ano E*

*“A melhor parte do dia por conta **da fome**.”*

*Estudante do 1º ano D*

Segundo Pedraza *et al.* (2006), os alunos centrados apenas na ideia de que a merenda possui a finalidade de suprir necessidades corporais, como dar energia e matar a fome, acabam por desconhecer a totalidade de suas funções e sentidos.

O trato com os conhecimentos/conteúdos acerca do campo da alimentação e nutrição na escola e a realização de trabalhos e projetos interdisciplinares são escassos.

*“**Não tenho nenhum conhecimento sobre projetos de alimentação e nutrição desenvolvidos na escola.**”*

*Vice Diretor*

*“Na escola temos o projeto da escola e os professores possuem seus projetos individuais, mas **até agora não temos projeto sobre nutrição aqui.**”*

*Bibliotecária*

De acordo com Boog (2004) a educação nutricional seria um “conjunto de estratégias sistematizadas capazes de impulsionar a cultura e a valorização da alimentação”. Neste sentido, ações em educação alimentar e nutricional parecem ser interessantes estratégias para um entendimento amplo do processo de alimentação humana e para a ressignificação da merenda escolar.

Os estudantes foram questionados sobre o fato que ocorre sistematicamente durante e após as refeições: todos fazem duas longas filas sem perturbações, são servidos e após comerem, separam os copos descartáveis em um primeiro lixeiro, as sobras alimentares em um segundo lixeiro, os pratos sujos empilhados em uma primeira cuba e os garfos sujos em uma segunda cuba.

*“Ninguém **ensinou isso à gente!** Aprendemos rápido, só olhando os outros alunos.”*

*Estudante do 1º ano A*

Diante das afirmações, chegou-se a conclusão que existia entre os alunos um tipo de condicionamento. Os estudantes “seguiram regras” que não foram antecipadamente apresentadas, dialogadas ou construídas. Para este fato, é possível refletir o comportamento dos estudantes a partir da denominada “Escola do Controle” (FOUCAULT, 1999). A partir desta concepção, o corpo pode ser manipulado, modelado e treinado, tornando-se alvo do poder. A disciplina dispensa a violência física, o sofrimento do corpo e a clausura e obtém os mesmos efeitos, ou seja, torna-se obediente e útil (FACIOLI, 2011). Dessa forma, a “Escola do Controle”, está alicerçada na introjeção do poder por parte dos indivíduos de tal forma que não existe a necessidade de constante reafirmação de sua existência. Os sujeitos fazem o poder circular; mesmo que não exista o vigia (FACIOLI, 2011).

Segundo Chaves (2006), “além das ordens do dia a dia”, existem regras “não reveladas”, sendo assim, a maioria dos funcionários e merendeiras sentiram-se constrangidos e desconfiados em falar a respeito do seu cotidiano e do dia a dia da merenda escolar. Muitas vezes, reproduziram os discursos oficiais e reforçaram a ideia que a merenda é para o aluno pobre.

*“A merenda escolar é vista, de maneira geral, tanto por professores quanto por alunos, **como um suporte nutricional destinado às pessoas mais necessitadas.**”*

*Merendeira 1*

Segundo Zaluar (1985), a comida é o principal veículo pelo qual os pobres pensam sua condição. A primeira associação que fazem ao falarem do que comem é com a pobreza

### **Conclusões**

Na Escola Polivalente, o sentido das refeições está direcionado para a perspectiva do alimento saudável e da promoção de saúde. Os estudantes querem consumir frutas, verduras e saladas, preparações com pouca gordura e pouco sal, apesar de, durante as entrevistas, manifestarem preferência por lanches como: biscoitos recheados, pizza e cachorro quente.

Apesar de terem sido observados bons procedimentos de controle e qualidade das refeições produzidas na escola, como: controle da temperatura dos alimentos, armazenamento, higienização, controle de pragas e controle do estoque, a mesma não satisfaz aos gostos dos atores. A qualidade dos alimentos de origem animal aparentemente está fora dos padrões tidos como saudáveis por conterem grande quantidade de gordura, nervos e pequenos estilhaços de ossos, principalmente na carne moída. Ainda, foi possível observar a falta de alimentos de origem vegetal como: frutas, folhosos e legumes e excessos na distribuição de bolachas salgadas. É de ressalva que deve-se compreender que os fatores que influenciam na aceitação ou rejeição da merenda no cotidiano escolar apresentam extrema magnitude e estão relacionados ao gosto, ao tipo, a textura, ao tempo e ao espaço.

### **Referências**

ABREU, M. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? Em Aberto, Brasília, 1995. Disponível em:

<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1002/905>> Acesso em: 27 de Março de 2014.

ASSAO, T. Y. Alimentação Escolar: percepções dos atores sociais de escolas de um município da região metropolitana de São Paulo. 2012. 117 f. Tese (Doutorado em Nutrição e Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional em serviços públicos de saúde. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 2,n. 15, p. 139-147, 1999.

BOOG, M. C. F. (2004b) Contribuições da Educação Nutricional à Construção da Segurança Alimentar. Saúde em Revista, Piracicaba, v. 6,n.13, p. 17 – 23, 2004.

BOOG, M. C. F. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental da zona rural. Revista de Nutrição, Campinas, v. 6, n. 23, p. 1005 –1017, 2010.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. 1 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL (2009). Resolução FNDE/CD Nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União. 17 jul 2009. Disponível em: <[http://www.mprs.mp.br/areas/gapp/arquivos/res\\_alimentacao\\_escolar.pdf](http://www.mprs.mp.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf)>. Acesso em: 10 de Maio de 2013.

BRASIL (2012). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Manual de instruções operacionais para nutricionistas vinculados ao PNAE. Brasília, 2012.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-acoes-educativas> acesso em junho de 2014.

CABALLERO, B. Subnutrição e obesidade em países em desenvolvimento. Cadernos de estudos – Desenvolvimento social em debate. Ministério de combate à fome. 2005.

CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W .D. (Org.) Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. ed. Fiocruz, 2005.

CASCUDO, L. C. Dicionário do folclore brasileiro. Rio de Janeiro. 2. ed. Instituto Nacional do Livro, 1962.

CASTRO, I. R. R.; SOUZA, T. S. N.; MALDONADO, L. A.; ROTENBERG, S.; GUGELMIN, S. A. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 20, n. 6, p. 571-588, 2007.

CHAVES, L. G. BRITO, R. R. Políticas de Alimentação Escolar. Profucionário - curso técnico de formação para os funcionários da educação Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD. Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12\\_pol\\_aliment\\_escol.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12_pol_aliment_escol.pdf) Acesso em 15 de Maio de 2014.

FACIOLI, L. R. Da adaptação psicofísica aos micro-poderes: a modernidade em Gramsci e Foucault. *Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar*. n. 23, p. 128 – 135, São Paulo, 2011.

FOUCAULT, M. *Micro Física do Poder*. 14 ed, Rio de Janeiro. Graal, 1999.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*. v. 16, n. 4, p. 483 – 492, Campinas, 2003.

GARINE, Igor. Alimentação, culturas e sociedades. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, 1987.

KAC, G.; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, G. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. *Caderno de Saúde Pública*. v. 19, p. 54 – 55, Rio de Janeiro, 2003.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. *Interface-Comunic, Revista de Saúde e Educação*, v.10, n.20, p.517-24, 2006.

MANÇO, A. M.; COSTA, F. N. A. Educação nutricional: caminhos possíveis. *Revista de Alimentação e Nutrição*. V. 15, n. 12, p. 145-153, 2004.

MIELNICZUK, V. B. O. Gosto ou Necessidade? Os significados da Alimentação Escolar no Município do Rio de Janeiro. 2005. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2005.

MINAYO, M. C. S, SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993.

MOSCOVICI, S. A representação social e psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.

PEDRAZA, D. F.; ANDRADE, S. L. L. S. A alimentação escolar analisada no contexto de um programa de alimentação e nutrição. Revista Brasileira em Promoção da Saúde. Universidade de Fortaleza, n. 3, p. 164 – 174, 2006.

PERNAMBUCO. Secretaria de educação. Projeto Político Pedagógico. Escola de referência em ensino médio José Joaquim da Silva Filho, 2009.

PROENÇA, R. P. C.; SOUSA, A. A.; VEIROS, M. B.; HERING, B. Qualidade Nutricional e Sensorial na Produção de Refeições. Florianópolis: UFSC, 2005.

RODRIGUES, E. M.; SOARES, F. P. T. P.; BOOG, M. C. F. Resgate do conceito de aconselhamento no contexto do atendimento nutricional. Revista de Nutrição. v.18; n.1; Campinas, 2005.

SANTOS, L. A. S.; PAIVA, J. B.; MELLO, A. L.; FONTES, G. A. V.; SAMPAIO, L. R.; FREITAS, M. C. S. O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais. Revista de Nutrição, v. 25, n. 1, p. 107 - 117, Campinas, 2012.

SCHMITZ, B.A.S; RECINE, E.; CARDOSO, G.T.; SILVA, J.R.M.; AMORIM, N.F.A.; BERNARDON, R.; RODRIGUES, M.L.C.F. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 312-322, 2008.

SOBRAL, F.; COSTA, V. M. Programa Nacional de alimentação escolar: sistematização e importância. *Alimentação e Nutrição*. v. 19, n. 1, p. 73-81, 2008.

SOUZA, A. L. D.; MAMEDE, M. E. O. Estudo sensorial e nutricional da merenda escolar de uma escola da cidade Lauro de Freitas – BA. *Revista Instituto Adolfo Lutz*. V. 69, n. 2, p. 255-60, 2010.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). *Revista de Nutrição*, v. 15, n. 1 p. 105-117, 2002.

STOLARSKI, M. C. Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise e uma política pública no período de 2003-2004. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Econômico com ênfase em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Paraná. 160 F. 2005.

TRICHES, R. M. GIUGLIANI, E. R. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. *Revista Saúde Pública*. v. 39, n. 4, p. 541 – 547, 2005.

VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTEIRO, M. I. Qualidade de Vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI. In: MACIEL, E. S.; OETTERER M. O Desafio da Alimentação como Fator de Qualidade de Vida na Última Década. Campinas: editora Ipes, 2010. Cap. 2. P. 19-26.

VIEIRA, M. N. C. M.; FERRIANI, M. G. C.; GOMES, R.; SANTOS, G. V. B.; MARCHI, E. M. M. Gestão de um Programa de Alimentação Escolar em um Município Paulista. *Revista de Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 15, n. 1, p. 29-48, 2008.

YOKOTA, R. T. C.; VASCONCELOS, T. F.; PINHEIRO, A. R. O.; SCHMITZ, B. A. S.; COITINHO, D. C.; RODRIGUES, M. L. C. F. Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. *Revista de Nutrição*, v. 23, n. 1, p. 37-47, 2010

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado de pobreza. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Descrição da escola e da merenda

O EREM José Joaquim da Silva Filho, mais conhecida como Escola Polivalente, é considerada uma escola de grande porte e, atualmente, oferece o ensino do 1º ao 3º ano do ensino médio. Sua construção foi no período da ditadura militar a partir do decreto nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972 o qual estabeleceu o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (Premen) criando assim as escolas polivalentes. Tinha como objetivo principal aperfeiçoar o sistema de ensino de primeiro e segundo graus no Brasil através da aplicação de recursos federais e estaduais fiscalizados pelo FNDE. Para construção das escolas o governo brasileiro contou também com recursos financeiros extra orçamentários a partir de acordos estabelecidos com os Estados Unidos (MEC-USAID) (RESENDE, 2009). As escolas polivalentes apresentavam a proposta de ensino baseada na prática agrícola, industrial, comercial e do lar. Esse modelo de ensino não perdurou por muito tempo, pois necessitava de muitos recursos, tanto humanos quanto financeiros, para sua manutenção e funcionamento dos laboratórios e práticas (RESENDE, 2009).

Já as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) foram criadas com a Lei Complementar nº 125 de 10 de julho de 2008, onde passam a atender estudantes em jornada integral e semi-integral, visando a permanência do estudante na unidade de ensino das 07:00h às 17:00h, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais. Em janeiro de 2009, a Escola Estadual José Joaquim da Silva Filho (Escola Polivalente) passou à condição de EREM, no intuito de formar integralmente o jovem. Ela se destaca no município e atende a população da zona urbana, de sítios, engenhos e bairros afastados e até mesmo de outras cidades.

Com relação à estrutura física da escola ela é ampla, arejada, limpa e com pintura recente. Seus longos corredores são largos e intercalados por salas de aula, sala de espera, jardins e pequenos pátios cercados por grades na cor azul. As salas de aula não são tão grandes e ventiladas quanto o restante da escola. Para o número de alunos por sala, cerca de 40, tornam-se pequenas. Murais, situados próximo ao núcleo administrativo, expõe os projetos desenvolvidos na escola e na comunidade, avisos escolares, documentos e trabalhos desenvolvidos pelos estudantes.

A escola é composta fisicamente por: 18 salas de aula, 01 laboratórios de ciências da natureza, 01 sala de arte terapia, 01 sala para reciclagem, 01 sala para aulas especiais, 01 sala de atendimento psicológico, 01 sala de espera, 01 sala de artes plásticas, 01 sala de corte e costura, 01 sala para jogos, 01 centro cultural, 01 biblioteca normal, 01 biblioteca

virtual, 02 salas de informática, 01 auditório com palco e camarim, 01 sala de gestão, 01 sala da vice diretoria, 01 sala de coordenação, 01 sala para professores, 01 secretaria, 01 sala para arquivo da secretaria, 01 videoteca, 01 almoxarifado, 01 sala de espera social, 01 sala para o grêmio estudantil, 01 sala para material escolar, 01 sala de dança e teatro, 01 sala de educação física, 01 quadra coberta, 01 área para arremesso, 01 pista de corrida 01, 01 área para feirinha típica, 01 salão de recreio e festas, 06 sanitários para professores, 06 sanitários para Estudantes, 02 sanitários para serventes e 13 áreas de ventilação com jardins internos. Referente à alimentação possui 01 cozinha, 01 dispensa, 01 depósito para materiais alimentícios, 01 área para serviços de lavagem de panelas e pratos, 01 copa para o setor administrativo, 01 copa para professores e 01 sala de arte culinária.

Baseada na pedagogia humanística, a escola possui sua proposta educativa estruturada na Educação Interdimensional, contemplando ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade (PERNAMBUCO, 2014; PERNAMBUCO, 2009). O currículo atende ao disposto na Lei Federal nº 9.394/96 e no Referencial Curricular Nacional para o ensino médio, tendo como destaque a educação tecnológica básica e como princípios a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a interdimensionalidade e a contextualização (PERNAMBUCO, 2014; PERNAMBUCO, 2009). Com relação ao fornecimento de alimentação, a escola está cadastrada no PNAE e oferta diariamente aos estudantes o lanche da manhã, almoço e lanche da tarde. As refeições na escola são fornecidas por uma empresa terceirizada. Neste modelo, o município contrata uma empresa, por meio de licitação pública, para fornecer a alimentação aos escolares (CHAVES *et al.*, 2006).

Sendo os serviços de alimentação na escola terceirizados, é transferido às empresas terceirizadas, especializadas na produção de refeições, as funções de: compra de gêneros alimentícios e demais produtos para manutenção da qualidade higiênico-sanitária-nutricional dos alimentos, preparo e distribuição das refeições e mão de obra especializada (DANELON, 2007; ALBUQUERQUE, 2012). A empresa terceirizada disponibiliza treinamento para as funcionárias/merendeiras e supervisão de nutricionista, bem como toda mão de obra e maquinário para manipulação e produção das refeições. Seis funcionárias/merendeiras recebem o cardápio para um mês, desenvolvido pelo nutricionista da empresa, e se organizam diariamente na produção dos lanches matinais, almoço e lanches vespertinos, os quais estão descritos em um quadro branco no refeitório. Foram observados os seguintes equipamentos/aparelhos: dois liquidificadores industriais, quatro freezers, chapas quentes, máquina para suco, prateleiras de metal para estocagem de

alimentos, aparelho para cortar legumes, utensílios de cozinha, panelas, botas, luvas, toucas e aventais.

A cozinha é ampla, arejada, limpa e segura. Apresenta dispensa, depósito para gêneros alimentícios, área de pré-preparo e para serviços de lavagem de panelas e pratos, suas condições estão dentro dos padrões e normas higiênico-sanitárias. Diferente de outras escolas, na escola estudada as preparações são acondicionadas em cubas de aço inoxidável. As refeições são realizadas no refeitório. O mesmo é grande e ventilado, seu formato é retangular com paredes brancas e substituindo as paredes laterais estão dispostas duas grades que auxiliam na ventilação e iluminação, o piso é demarcado entre as mesas, sinalizando o local para organização das filas. O refeitório dispõe em torno de 80 mesas e 170 cadeiras, área de distribuição de merenda e área de recebimento e pré-preparo.

O lanche da manhã ocorre, oficialmente, das 9:15h às 9:30h, porém devido à logística do cotidiano da escola, o lanche perdura até as 9:45h. Ao soar da sineta, os estudantes são liberados das salas de aula, formam grandes filas (dentro das demarcações no chão do refeitório) que ultrapassam o refeitório e continuam pelos corredores de acesso. Apesar das grandes filas, não foram observados sinais de tumulto ou violência. O número de estudantes excede a capacidade do refeitório, no entanto, durante os lanches são ofertados alimentos que possibilitam maior mobilidade e liberdade; como os sanduíches e bolinhos, os quais, para facilitar, são acondicionados em saquinhos descartáveis e guardanapos e o suco é servido em copos descartáveis. O cardápio dos lanches da manhã e da tarde, o qual está exposto no quadro de avisos do refeitório, apresenta a oferta de: mungunzá, broas, bolinhos de bacia, salada de frutas, pão com queijo, pão com queijo e presunto, pão com mortadela, pão com salsicha, pão com carne moída, bolachas salgadas e cuscuz com carne, todos os alimentos sempre acompanhados de sucos da polpa de fruta (caju, acerola, maracujá, goiaba e manga).

O almoço ocorre em dois horários, após o soar da sineta, um grupo de estudantes entra no refeitório às 11:45h e outro grupo às 12:00h. A estratégia é devido ao número de estudantes e pelo fato do almoço não apresentar a mesma liberdade que os lanches, exigindo que as refeições sejam consumidas com todos os alunos sentados. Os almoços têm duração de 30 minutos. Antes do horário oficial para o almoço, auxiliares de serviço geral, porteiros e os profissionais que produzem a merenda para os trabalhos para almoçar. No refeitório almoçam todos os atores da escola: auxiliares de serviço geral, merendeiros, porteiros, secretárias, coordenação, professores, estudantes e diretoria. A gestão e coordenação da escola almoçam no refeitório, porém, algumas vezes, realizam a

refeição em uma pequena copa, mais reservada, dentro da cozinha, onde há a disposição uma mesa com cadeiras. Foi observado que as merendeiras privilegiam a gestão quando servem as refeições.

As filas para o almoço são mais tumultuadas e vagarosas, mas não foram observadas demonstrações de violência. Enquanto os estudantes esperam sua vez na fila, alguns professores que comem da merenda chegam ao refeitório, são servidos primeiro, sentam-se isolados, comem e vão embora. Outros grupos de professores reúnem-se em uma única mesa e o contato com os estudantes é mínimo. Apenas o professor de Educação Física senta-se com os estudantes, conversa e participa do ritual da refeição.

Segundo Gonçalves (2004), a comida pode estar presente em diferentes situações sociais e culturais. Já a refeição é entendida como uma situação social e cultural particular e fortemente ritualizada. Ela pressupõe, obrigatoriamente, um modo específico de preparar, de servir e de consumir. O comer junto cria laços, promove ligações, faz com que os indivíduos (alunos e professores) se sintam próximos e, portanto, menos temíveis, pois são deixadas de lado as diferenças, e o lugar da refeição é onde o relacionamento é alimentado e o afeto emerge (SCLICHTING *et al.*, 2007). Neste sentido, a comida torna-se um “agente facilitador” pelo espaço de socialização existente no momento da refeição. Quando se come junto, o vínculo e a interação grupal são viabilizados (SCLICHTING *et al.*, 2007). Um fato que chamou à atenção da pesquisadora, foi observar que, enquanto comem, os alunos conversam, debatem, estudam e brincam.

No balcão de distribuição, as merendeiras pegam um prato e servem primeiro o feijão (01 a 02 conchas), o arroz (01 a 02 colheres de arroz no máximo) ou macarrão (01 a 02 porções), em seguida, a carne (se é carne vermelha, 01 colher de arroz rasa, se carne branca, frango, uma parte, ex: sobrecoxa), salada crua (01 porção pequena servida com o pegador de macarrão), por fim, o suco (01 copo de 250 ml para cada estudante) e a sobremesa (01 unidade para cada estudante). A farinha de mandioca é servida livremente. Nos almoços são ofertadas refeições onde sempre estão presentes o frango (assado) e a carne vermelha (moída, bife ou tipo picadinho) em dias alternados, peixe e fígado uma vez ao mês cada; feijão preto ou mulatinho, arroz, macarrão uma a duas vezes na semana, farinha de mandioca, suco da polpa de frutas (manga, acerola, caju, goiaba ou maracujá) e sobremesa (doce de goiaba ou amendoim). As refeições são servidas em pratos de vidro e talheres de metal (apenas garfos). Há também o uso de guardanapos e copos descartáveis. De acordo com Sclichting *et al.* (2007) no resgate do uso de utensílios permanentes, há simbolicamente, o resgate de valores como segurança, dignidade e cidadania.

Após os almoços, alguns estudantes permanecem no refeitório, entretanto, a maioria se dispersa pela escola, sentando-se no chão dos corredores ou ficando nas salas de aula. Em alguns destes momentos, foi observado que alguns estudantes conversavam e faziam queixas a respeito das rígidas normas impostas no ambiente escolar. Ao final do almoço, a sineta soa novamente, e logo é possível ouvir a voz alta da coordenadora/inspetora ecoando pela escola, ordenando a entrada imediata nas salas de aula.

### **Os sentidos e significados atribuídos à merenda escolar**

Para apresentação dos dados coletados nas entrevistas e o reconhecimento dos sentidos e significados atribuídos à merenda escolar na Escola Polivalente, algumas falas dos agentes serão apresentadas ao longo do texto através de recortes identificados entre aspas e as ideias centrais de cada discurso estão grifadas.

Com relação à ideia que os alunos têm acerca da merenda escolar, a análise dos resultados encontrados evidenciou, nas respostas mais citadas, a estreita relação das refeições com a categoria de promoção de saúde e os conceitos “saudável e não saudável”, “boa alimentação” ou “alimentação saudável”. A valoração atribuída pelos entrevistados à questão da associação entre saúde e a preferência por frutas e hortaliças, fica evidente nas falas apresentadas a seguir:

*“A **merenda é uma alimentação saudável**. Que não desse pão com queijo, queria que desse **frutas, alimentos mais saudáveis**, porque passamos o dia todo aqui e precisamos nos alimentar melhor.”*

*Estudante do 2º ano C*

*“Deveria ser mais variada e acrescentar **salada de fruta** aos lanches.”*

*Estudante do 2º ano C*

*“A merenda é boa, mas a salada... **deveria ter mais alface e tomate... queremos salada! A salada de fruta também poderiam dar.**”*

*Estudante do 2º ano A*

*“Eu prefiro **salada de fruta** do que bolacha.”*

*Estudante do 1º ano A*

Referente a não oferta de saladas cruas, saladas cozidas, frutas e preparações como as saladas de frutas nos lanches e o aumento da oferta de bolachas salgadas, no intuito de suprir a possível falta das frutas e outras preparações, observou-se como fatores limitantes o repasse dos gêneros por parte da empresa terceirizada e o tempo gasto para se preparar.

*“Estamos com **problemas no recebimento de frutas e verduras**, eu **acho que é algum problema de verba**. Chegou tomate, cebola, coentro... mas só dá para refolgar.”*

*Merendeira 1*

*“Nós não servimos salada de frutas **porque toma muito tempo**. Da última vez, na reunião das mães, **tomou muito tempo** do preparo do almoço.”*

*Merendeira 2*

Ainda são escassas informações que possibilitem uma completa avaliação do PNAE no país após a descentralização. As pesquisas até o momento são isoladas e na sua quase totalidade realizadas no estado de São Paulo (SOBRAL, 2008). Sendo assim, parece que a escassez está ancorada principalmente em questões financeiras, sendo expressa no insuficiente repasse de verbas pelo FNDE ou na não aquisição dos produtos, devido a seu custo, por parte da terceirizada. Analisando esta questão, Mielniczuk (2005), em seu estudo, constatou que em várias regiões do país as frutas são caras para a merenda escolar e que para superação desse impasse, deve-se visar a aquisição de gêneros alimentícios na própria região.

Se tratando dos gostos alimentares, o que emerge dos discursos como ideia central, são queixas do corpo estudantil com relação ao percentual de gordura e sal nas preparações. Observou-se também demonstrações de rejeição por parte dos professores, que trazem suas refeições e a preparam na copa dos funcionários ou, por vezes, preferem almoçar fora da escola.

*“A merenda é **uma gororoba cheia de gordura**, mas as funcionárias da cozinha não têm culpa, porque elas só fazem o que mandam.”*

*Estudante do 2º ano.*

*“A merenda não é muito boa, pois **as carnes vêm com bastante gordura** e não tem muita salada e quando tem peixe é muito ruim!”*

*Estudante do 2º ano C*

*“**A comida tem muito óleo**, mas não é tão ruim. O suco deveria melhorar. O lanche da tarde ter mais variedades, eu não agüento mais biscoito salgado!”*

*Estudante do 2º ano C*

*“Deveria **diminuir o sal no peixe**, pois muitas vezes **passo mal**. Mais salada, que é muito ausente.”*

*Estudante do 2º ano A*

*“**A merenda é salgada**, ruim, sem salada, suco horrível, bolacha ruim, tirem a bolacha!”*

*Estudante do 1º ano F*

De acordo com Proença *et al.* (2005), um alimento, para ser capaz de manter a vida, não deve possuir somente qualidades nutricionais, expressadas pelas quantidades de glicídios, lipídios, proteínas, vitaminas e minerais, é necessário que ele seja conhecido e/ou aceito pelo indivíduo e pelo grupo social.

Queixas com relação ao porcionamento, variedade dos alimentos servidos e “posição” das preparações de acordo com o horário e combinações também foram observadas.

*“A merenda é comida. Sendo que aqui é em **quantidade micro**.”*

*Estudante do 2º ano E*

*“Uma base alimentar insuficiente, pois é dada **em pouca quantidade**.”*

*Estudante do 2º ano A*

*“Os funcionários da escola vivem se gabando porque essa escola é de referência, mas a gente não vê nada. **A comida da escola é pouca** e nem todo dia é boa.”*

*Estudante do 2º ano A*

*“A merenda é uma hora onde eu posso repor as energias, o almoço é bom, **mas é em pouca quantidade.**”*

*Estudante do 1º ano E*

*“A comida é boa, mas **a porção da carne é pouca.**”*

*Estudante do 1º ano B*

*“**Eu não como carne moída com salsicha no almoço!** Hoje é carne moída com salsicha, vou ficar com fome!”*

*Estudante do 1º ano A*

*“É a hora de comer, **tem que melhorar a combinação.**”*

*Estudante do 1º ano B*

*“Eu acho, **é a minha opinião, strogonoff e creme de galinha não combina com feijão!** Os estudantes falam, mas acabam comendo por causa da fome. Sou mãe de um dos alunos daqui e quando os amigos dele estão lá em casa é: tia mude isso, tia faça aquilo...”*

*Merendeira 2*

Apesar de negarem a merenda, os alunos aderem à mesma pelo fato de que em EREMs as cantinas não existem e, na Escola Polivalente, é proibido levar comida de casa, ou seja, por permanecerem por período integral, das 7:00h às 17:00h, a eles somente é permitido o consumo de alimentos e preparações produzidas na escola.

Outra questão que emergiu fortemente foram exigências quanto à troca da bolacha salgada por biscoito recheado, e a oferta de achocolatado, lasanha, pizza, e cachorro quente nos lanches da manhã e tarde, os quais haviam sido ofertados durante o ano anterior.

*“Ano passado serviam **biscoito recheado e achocolatado** e esse ano só tem essa bolacha, eu não como essa bolacha e o suco de caju é muito ruim.”*

*Estudante, 1º ano B*

*“A merenda é ruim, eu gostaria que tivesse **lasanha e pizza.**”*

*Estudante, 1º ano E*

Com relação à importância da merenda, observou-se ideias ancoradas apenas à necessidade biológica. Os alunos não apresentaram em suas falas o reconhecimento da alimentação enquanto bem histórico construído historicamente pelo homem.

*“É importante para **suprir as necessidades do corpo**, para nos manter firme o dia inteiro.”*

*Estudante do 2º Ano A*

*“Importante pra **tirar a barriga da fome** para sempre!”*

*Estudante do 1º ano E*

*“A melhor parte do dia por conta **da fome.**”*

*Estudante do 1º ano D*

*“Uma comida que **enche o bucho** da gente!”*

*Estudante do 1º ano A*

*“É alimento, para a gente **crescer forte e saudável.**”*

*Estudante do 2º ano A*

*“É o alimento que recebemos nos **intervalos** da escola.”*

*Estudante do 2º ano A*

*“A merenda por enquanto está **sem significado**, pois deveria melhorar, mas enfim, a merenda nem é ruim e nem é boa, mas a culpa não é de quem cozinha e sim da firma.”*

*Estudante do 1º ano E*

Segundo Pedraza *et al.* (2006), os alunos centrados apenas na ideia de que a merenda possui a finalidade de suprir necessidades corporais, como dar energia e matar a fome, acabam por desconhecer a totalidade de suas funções e sentidos.

O trato com os conhecimentos/conteúdos acerca do campo da alimentação e nutrição na escola e a realização de trabalhos e projetos interdisciplinares são escassos.

**“Não tenho nenhum conhecimento sobre projetos de alimentação e nutrição desenvolvidos na escola.”**

*Vice Diretor*

**“Desconheço se há algum projeto sobre alimentação aqui na escola. Temos um conteúdo extenso na química para ser abordado, o que nos impede de tratar a alimentação como tema transversal, mas para esse semestre teremos que desenvolver o projeto da Copa e o tema “anabolizantes” faz parte dos subtópicos de química.”**

*Professor de Química*

**“Na escola temos o projeto da escola e os professores possuem seus projetos individuais, mas até agora não temos projeto sobre nutrição aqui.”**

*Bibliotecária*

**“Aqui na escola era para termos aula de manhã e práticas e projetos à tarde, mas são cinco aulas de manhã e quatro aulas a tarde.**

**Nunca participei de projeto aqui.”**

*Estudante do 2º Ano B*

De acordo com Boog (2004b) a educação nutricional seria um “conjunto de estratégias sistematizadas capazes de impulsionar a cultura e a valorização da alimentação”. Neste sentido, ações em educação alimentar e nutricional parecem ser interessantes estratégias para um entendimento amplo do processo de alimentação humana e para a ressignificação da merenda escolar.

Os estudantes foram questionados sobre o fato que ocorre sistematicamente durante e após as refeições: todos fazem duas longas filas sem perturbações, são servidos e após comerem, separam os copos descartáveis em um primeiro lixeiro, as sobras alimentares em um segundo lixeiro, os pratos sujos empilhados em uma primeira cuba e os garfos sujos em uma segunda cuba.

*“Ninguém **ensinou isso à gente!** Aprendemos rápido, só olhando os outros alunos.”*

*Estudante do 1º ano A*

*“**Aprendemos olhando os alunos do terceiro ano.**”*

*Estudante do 2º ano A*

Diante das afirmações, chegou-se a conclusão que existia entre os alunos um tipo de condicionamento. Os estudantes “seguiram regras” que não foram antecipadamente apresentadas, dialogadas ou construídas. Para este fato, é possível refletir o comportamento dos estudantes a partir da denominada “Escola do Controle” (FOUCAULT, 1999). A partir desta concepção, o corpo pode ser manipulado, modelado e treinado, tornando-se alvo do poder. A disciplina dispensa a violência física, o sofrimento do corpo e a clausura e obtém os mesmos efeitos, ou seja, torna-se obediente e útil (FACIOLI, 2011). Dessa forma, a “Escola do Controle”, está alicerçada na introjeção do poder por parte dos indivíduos de tal forma que não existe a necessidade de constante reafirmação de sua existência. Os sujeitos fazem o poder circular; mesmo que não exista o vigia (FACIOLI, 2011).

Um fato que chamou a atenção foi quando, na secretaria da escola, os funcionários ao serem questionados sobre a merenda escolar (Você gosta da merenda? Você come da merenda?), apenas a coordenadora/inspetora respondeu às perguntas. De maneira inquieta e agressiva, falando em voz alta, salientou que a merenda era saborosa e que nenhum dos alunos poderiam reclamar da alimentação. Todas as outras secretárias continuaram a exercer seus trabalhos em silêncio, uma professora que estava na secretaria, saiu do ambiente assim que a conversa iniciou.

*“**A comida daqui é maravilhosa!** Os alunos não podem reclamar!*

*(em voz alta e agitada)*

*Coordenadora/Inspetora*

Os profissionais da merenda ao serem indagados sobre as mesmas questões, apresentaram o mesmo comportamento. Todos demonstraram desconfiança e medo e permaneceram de cabeça baixa enquanto “catavam” o feijão para o almoço do dia seguinte. Sentiam-se claramente ameaçados. Segundo Chaves (2000), “além das ordens do dia a

dia”, existem regras “não reveladas”, sendo assim, a maioria dos funcionários e merendeiras sentiram-se constrangidos e desconfiados em falar a respeito do seu cotidiano e do dia a dia da merenda escolar. Muitas vezes, reproduziram os discursos oficiais e reforçaram a ideia que a merenda é para o aluno pobre.

*“Muitos alunos são de sítio, alguns vem de outra cidade e outros são daqui. A maioria não tem condições, mas mesmo assim não comem qualquer coisa. **São filhos de agricultores e não querem comer o almoço daqui.** Muitos querem biscoito recheado, essas coisas.”*

*Bibliotecária*

*“A merenda escolar é vista, de maneira geral, tanto por professores quanto por alunos, **como um suporte nutricional destinado às pessoas mais necessitadas.**”*

*Merendeira 1*

Segundo Zaluar (1985), a comida é o principal veículo pelo qual os pobres pensam sua condição. A primeira associação que fazem ao falarem do que comem é com a pobreza.

## CONCLUSÕES

Na Escola Polivalente, o sentido das refeições está direcionado para a perspectiva do alimento saudável e da promoção de saúde. Os estudantes querem consumir frutas, verduras e saladas, preparações com pouca gordura e pouco sal, apesar de, durante as entrevistas, manifestarem preferência por lanches como: biscoitos recheados, pizza e cachorro quente.

Apesar de terem sido observados bons procedimentos de controle e qualidade das refeições produzidas na escola, como: controle da temperatura dos alimentos, armazenamento, higienização, controle de pragas e controle do estoque, a mesma não satisfaz aos gostos dos atores. A qualidade dos alimentos de origem animal aparentemente está fora dos padrões tidos como saudáveis por conterem grande quantidade de gordura, nervos e pequenos estilhaços de ossos, principalmente na carne moída. Ainda, foi possível observar a falta de alimentos de origem vegetal como: frutas, folhosos e legumes e excessos na distribuição de bolachas salgadas. É de ressalva que deve-se compreender que os fatores que influenciam na aceitação ou rejeição da merenda no cotidiano escolar

apresentam extrema magnitude e estão relacionados ao gosto, ao tipo, a textura, ao tempo e ao espaço.

Ademais, foi observada a necessidade de treinamento das merendeiras, pois, muitas vezes as preparações estavam demasiadamente salgadas e/ou gordurosas. Estas condições nos remete às representações/concepções que emergem do coletivo sobre a merenda escolar: “crianças carentes e com fome que podem comer qualquer coisa” (BEZERRA, 2009). Há ainda a necessidade de ouvir os estudantes quanto aos alimentos que não eram tolerados. Essa ação poderia reduzir o desperdício e demais prejuízos econômicos.

Desta forma, pode-se observar que a merenda escolar ocorre efetivamente na escola, entretanto apresenta marcadamente na sua implementação aspectos sanitário-biológicos e a qualidade dos alimentos não demonstra estar em consonância com o que se preconiza o PNAE. Os conhecimentos/saberes acerca da alimentação e nutrição não são tratados e não apresentam delineamento pedagógico na escola sendo subutilizadas enquanto campo para construção de conhecimento.

Dimensões financeiro-burocráticas acerca da implementação da merenda escolar as não foram observadas, analisadas e fiscalizadas nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? **Em Aberto**, Brasília, 1995. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1002/905>> Acesso em: 27 de Março de 2014.

AGATTE, V. C. **Representações Sociais da alimentação escolar atribuídas por adolescentes de uma escola pública de Areia Branca, em Lauro de Freitas, Bahia.** 2009. 39 f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

**AGÊNCIA BRASIL.** Notícias. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/falta-de-nutricionistas-impede-cumprimento-de-lei-sobre-merenda-diferenciada>> . Acesso em: 05 de maio de 2014.

ALBUQUERQUE, O. M. R.; MARTINS, A. M.; MODENA, C. M.; CAMPOS, H. M. Percepção de estudantes de escolas públicas sobre o ambiente e a alimentação disponível na escola: uma abordagem emancipatória. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 604 – 615, 2014.

ALBUQUERQUE, G. A. **Conhecimentos e práticas nutricionais sobre a educação alimentar e nutricional no ambiente escolar**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

ÂNCORA - **Cooperativa de Profissionais Liberais**. Disponível em:  
<[http://www.ancora.org.br/empresa\\_descricao.html](http://www.ancora.org.br/empresa_descricao.html)> Acesso em: 05 de maio de 2014.

ARAUJO, M. C. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, n.2, p. 98 – 119, 2008.

ASSAO, T. Y. **Alimentação Escolar: percepções dos atores sociais de escolas de um município da região metropolitana de São Paulo**. 2012. 117 f. Tese (Doutorado em Nutrição e Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BAIÃO, M. R. **Representações sociais sobre alimentação e práticas alimentares de gestantes e puérperas**. 2007. 283 f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher). Instituto Fernandes Figueira - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

BEZERRA, A. B. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 103 – 115, 2009.

BEZERRA, I. N.; SICHIERI, R. Características e gastos com alimentação fora do domicílio no Brasil. **Revista de Saúde Pública**. V. 2, n. 44, p. 221-229, 2010.

BLEIL, s. i. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil, **Revista Cadernos de Debate**. Campinas, v. 6, p. 1 -25, 1998.

BELIK, W. A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.19, n.2, p. 94 – 110, 2012.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional em serviços públicos de saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 139-147, 1999.

BOOG, M. C. F. (2004a ) Educação nutricional: por que e para quê? **Jornal da Unicamp**. Campinas, 2 a 8 ago 2004, p. 2.

BOOG, M. C. F. (2004b) Contribuições da Educação Nutricional à Construção da Segurança Alimentar. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 6,n.13, p. 17 – 23, 2004.

BOOG, M. C. F. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental da zona rural. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 6, n. 23, p. 1005 –1017, 2010.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 1 ed. Rio de janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos avançados**, v. 27,n. 79, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.913, de 12 de Julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. **Diário Oficial da União**. 13 de Jul 1994. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8913impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8913impressao.htm)>. Acesso em: 17 de Maio de 2013.

BRASIL. Resolução nº. 32 de 10 de agosto de 2006. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 ago, 2006.

BRASIL (2009a). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Manual de orientação para os conselheiros e agentes envolvidos na execução do Programa**

**Nacional de Alimentação Escolar.** Brasília, 2009.

BRASIL (2009b). Resolução FNDE/CD Nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**. 17 jul 2009. Disponível em: <[http://www.mprs.mp.br/areas/gapp/arquivos/res\\_alimentacao\\_escolar.pdf](http://www.mprs.mp.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf)>. Acesso em: 10 de Maio de 2013.

BRASIL (2009c). Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. **Diário Oficial da União**. 17 de jun 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)>. Acesso em: 10 de Maio de 2013.

BRASIL (2012a). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Manual de instruções operacionais para nutricionistas vinculados ao PNAE**. Brasília, 2012.

BRASIL (2012b). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados estatísticos do Programa nacional de alimentação Escolar. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-dados-estatisticos>>. Acesso em: 03 de maio de 2013.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Histórico do Programa nacional de alimentação Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 03 de maio de 2013.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-acoes-educativas> acesso em junho de 2014.

CABALLERO, B. Subnutrição e obesidade em países em desenvolvimento. **Cadernos de estudos – Desenvolvimento social em debate**. Ministério de combate à fome. 2005.

CAMPOS, J.; ZUANON, A. Merenda escolar e promoção de saúde. **Ciência de Odontologia Brasileira**. v.7, n.3, p. 67-71, 2000.

CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). **A didática em questão**. 4. ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 1985.

CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W . D. (Org.) **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. ed. Fiocruz, 2005.

CARVALHO, D. G. & CASTRO, V. M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável - Políticas Públicas e Instrumentos de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável. **Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. V.20, n. 2, p. 1 – 20, 2009.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro. 2. ed. Instituto Nacional do Livro, 1962.

CASTRO, I. R. R.; SOUZA, T. S. N.; MALDONADO, L. A.; ROTENBERG, S.; GUGELMIN, S. A. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. **Revista de Nutrição, Campinas**, v. 20, n. 6, p. 571-588, 2007.

CHAVES, F. M. Outros Olhares em Escolas Públicas: As Relações Sociais de Trabalho Sob a Ótica de Merendeiras e Serventes. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n.7, 2000.

CHAVES, L. G. BRITO, R. R. **Políticas de Alimentação Escolar. Profucionário - curso técnico de formação para os funcionários da educação Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD**. Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12\\_pol\\_aliment\\_escol.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12_pol_aliment_escol.pdf)> Acesso em 15 de Maio de 2014.

CORREIA, M. C. B. A Observação Participante Enquanto Técnica de Investigação. **Revista Pensar Enfermagem**. v. 13, n. 2, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DANELON, M. A. S. **Programa de Alimentação Escolar em unidades de tempo integral: experiências e desafios de gestão**. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”. Piracicaba, 2007.

DRIESSNACK, M. SOUSA, V. D. MENDES, I. A. C. Revisão dos Desenhos de Pesquisa relevantes para enfermagem: part2: desenhos de pesquisa qualitativa. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, 2007.

DURAN, M. C. G. Representações sociais: uma instigante leitura com Moscovici, Jodelet, Marková e Jovchelovitch. **Revista Educação & Linguagem**, v. 15, n. 25, p. 228 – 243, 2012.

FACIOLI, L. R. Da adaptação psicofísica aos micro-poderes: a modernidade em Gramsci e Foucault. **Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar**. n. 23, p. 128 – 135, São Paulo, 2011.

FILHO, M. J. C. & URIARTE, U. M. Oficina “**Observando as ruas do centro de Salvador**” **O transeunte do século XXI**. In: Grupo Panoramas Urbanos: grupo interdisciplinar de estudos urbanos – Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2012. Disponível em: [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11\\_12.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_12.pdf) Acesso em: 17 de Março de 2014.

FISBERG, M.; BANDEIRA, C.R.S; BONILHA, E.A.B.; HALPERN, G.; HIRCHBRUCH, M.D. Hábitos Alimentares na Adolescência. **Revista Pediatria Moderna**, v.36, n.11, 2000.

FOUCOUT, M. **Micro Física do Poder**. 14 ed, Rio de Janeiro. Graal, 1999.

GABRIEL, C. G.; MACHADO, M. S.; SCHMITZ, B. A. S.; CORSO, A. C. T.; CALDEIRAS, G. V.; VASCONCELOS, F. A. G. Conselhos Municipais de Alimentação Escolar em Santa Catarina: caracterização e perfil de atuação. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 18, n. 4, p. 971 – 978, 2013.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**. v. 16, n. 4, p. 483 – 492, Campinas, 2003.

GARINE, Igor. Alimentação, culturas e sociedades. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, 6ª ed. Atlas S. A., 2008.

GONÇALVES, J. R. S. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo. **Estudos Históricos**. p. 40 – 55, 2004. Disponível em: <  
[http://www.capoeiravadiacao.com/attachments/391\\_A%20fome%20e%20o%20paladar%20a%20antropologia%20nativa%20de%20Luis%20da%20C%C3%A2mara%20Cascudo%20Jos%C3%A9%20Reginaldo%20Santos%20Gon%C3%A7alves.pdf](http://www.capoeiravadiacao.com/attachments/391_A%20fome%20e%20o%20paladar%20a%20antropologia%20nativa%20de%20Luis%20da%20C%C3%A2mara%20Cascudo%20Jos%C3%A9%20Reginaldo%20Santos%20Gon%C3%A7alves.pdf)> Acesso em: 25 de Março de 2014.

IBGE (2010). **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**. Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: julho de 2014.

JAIME, P. C.; MACHADO, F. M. S. M.; WESTPHAL, M. F.; MONTEIRO, C. A. Nutritional education and fruit and vegetable intake: a randomized community trial. **Revista de Saúde Pública**. V. 41, n. 1, p. 1-4, 2007.

KAC, G.; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, G. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. **Caderno de Saúde Pública**. v. 19, p. 54 – 55, Rio de Janeiro, 2003.

LAUAND, J. & CHASSERAUX, P. N. C. **Cozinha, antropologia e educação – algumas reflexões**. CEMOrOc – Feusp – Universidade do Porto. p. 5 – 16, Portugal, 2012. Disponível em: < <http://www.hottopos.com/collat12/05-16JeanPri.pdf>> Acesso em: 12 de julho de 2014.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. Interface-Comunic, **Revista de Saúde e Educação**, v.10, n.20, p.517-24, 2006.

LIFSCHITZ, J. Alimentação e Cultura: Em Torno ao Natural. **Revista Saúde Coletiva**. v. 7, n. 2, p. 69 – 83, Rio de Janeiro, 1997.

MANÇO, A. M.; COSTA, F. N. A. Educação nutricional: caminhos possíveis. **Revista de Alimentação e Nutrição**. V. 15, n. 12, p. 145-153, 2004.

MELLO, A. L.; JÚNIOR, P. O. V.; SAMPAIO, L. R.; SANTOS, L. A. S.; FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Revista de Nutrição**. v. 25, n. 1, p. 119 – 132, Campinas, 2012.

MIELNICZUK, V. B. O. **Gosto ou Necessidade? Os significados da Alimentação Escolar no Município do Rio de Janeiro**. 2005. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2005.

MINAYO, M. C. S, SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993.

MOSCOVICI, S. **A representação social e psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.

MOURA, M. M.; SANTIAGO, M. B. N. **A formação humana na visão interdimensional: uma análise da proposta de educação integral das escolas de referência de Pernambuco**. In: A Condição Humana: Olhares da Espiritualidade, Educação, Saúde e Tecnologia. Universidade Federal de Pernambuco. 2012, Recife, PE. Disponível em: <<http://m40s.com/humanizacao/Index.html>> Acesso em: 08 de junho de 2014.

NEGREIROS, F.; SILVA, E. H. B. Relações entre a vivência da fome e a gênese da agressividade em alunos piauienses: um olhar da psicologia da educação. In: VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade, Sergipe, 2012. Disponível em: <[http://educonse.com.br/2012/eixo\\_15/PDF/12.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_15/PDF/12.pdf)> Acesso em: 18 de julho de 2014.

PEDRAZA, D. F.; ANDRADE, S. L. L. S. A alimentação escolar analisada no contexto de um programa de alimentação e nutrição. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. Universidade de Fortaleza, n. 3, p. 164 – 174, 2006.

PEDRAZA, D. F.; ANDRADE, S. L. L. S.; MONTEIRO, J. S.; LIRA, P. I. C. Avaliação do Programa de Alimentação Escolar municipal de Olinda – Pernambuco. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, v. 20, n. 2, p. 76-85, 2007.

PERNAMBUCO (Estado). **Secretaria da Educação – PE. Gerência Geral de Tecnologia da Informação**, Censo Escolar, 2012. Disponível em: [http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/6197/FOLDER\\_2012.jpg](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/6197/FOLDER_2012.jpg) Acesso em: 18 de julho de 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de educação. **Plano de ação**. Escola de referência em ensino médio José Joaquim da Silva Filho, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de educação. **Projeto Político Pedagógico**. Escola de referência em ensino médio José Joaquim da Silva Filho, 2009.

PIPITONE, M. A. P.; OMETTO, A. M. H.; VILVA, M. V.; STURION, G. L.; FURTUOSO, M. C. O.; OETTERER, M. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar. **Revista de Nutrição**. v.16, n. 2, p.143 – 154, Campinas, 2003.

PORTRONIERI, F. R. D. S. & FONSECA, A. B. C. Percepções sobre Alimentação e Merenda entre os atores sociais de uma escola: limites e possibilidades para educação em saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. **Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde**. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1665-1.pdf>> Acesso em: 10 de Novembro de 2013.

PROENÇA, R. P. C.; SOUSA, A. A.; VEIROS, M. B.; HERING, B. Qualidade Nutricional e Sensorial na Produção de Refeições. Florianópolis: UFSC, 2005.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 276 -283, 2007.

RAMOS, M.; STEIN, L. M. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. **Jornal de Pediatria**, v. 76, p. 229 – 237, 2000.

RESENDE, L. A. V. **Reorganização educacional: as escolas polivalentes como uma das vias para a profissionalização do ensino**. In: SIMPÓSIO O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TEMPO PRESENTE, 2009 Universidade Federal de Uberlândia. *Anais...* Universidade Federal de Uberlândia, 2009, p. 1 -17. Disponível em: <<http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC57.pdf>> Acesso em: 5 de junho de 2014.

RODRIGUES, E. M.; SOARES, F. P. T. P.; BOOG, M. C. F. Resgate do conceito de aconselhamento no contexto do atendimento nutricional. **Revista de Nutrição**. v.18; n.1; Campinas, 2005.

SANTOS, L. A. S.; PAIVA, J. B.; MELLO, A. L.; FONTES, G. A. V.; SAMPAIO, L. R.; FREITAS, M. C. S. O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 1, p. 107 - 117, Campinas, 2012.

SANTOS, M. G. A educação alimentar e nutricional. **Revista Digital**, ano 16, n. 156, 2011. Disponível em: <<file:///G:/Assuntos%20Projeto%20Mestrado/Projeto%20Mestrado%20+/A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20alimentar%20e%20nutricional.htm>>. Acesso em: 30 de Julho de 2013.

SCAPARO, A. L. S.; OLIVEIRA, V. R.; BITTENCOURT, J. M. V.; RUIZ, E. N. F.; FERNANDES, P. F.; ZYS; J. Z.; MOULIN, C. C. Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Revista Ciências & Saúde Coletiva**, n. 4, p. 1001 – 1008, 2013.

SCHLICHTING, S.; BOOG, M. C. F.; CAMPOS, C. J. G. Almoço como momento terapêutico: uma abordagem de educação em saúde com mulheres alcoolistas. **Revista Latino-americana Enfermagem**. n. 15, v. 3, p. 7 , 2007.

SCHMITZ, B.A.S; RECINE, E.; CARDOSO, G.T.; SILVA, J.R.M.; AMORIM, N.F.A.; BERNARDON, R.; RODRIGUES, M.L.C.F. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 312-322, 2008.

SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Revistas Anos 90**, n. 13, p. 128-133, 2000.

SILVA, A. C. S. Ética e Política. De Vargas a Itamar. **Revista Estudos Avançados**. v. 9, n. 23, p. 86 – 107, 1995.

SOBRAL, F.; COSTA, V. M. Programa Nacional de alimentação escolar: sistematização e importância. **Alimentação e Nutrição**. v. 19, n. 1, p. 73-81, 2008.

SOUZA, A. L. D.; MAMEDE, M. E. O. Estudo sensorial e nutricional da merenda escolar de uma escola da cidade Lauro de Freitas – BA. **Revista Instituto Adolfo Lutz**. V. 69, n. 2, p. 255-60, 2010.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). **Revista de Nutrição**, v. 15, n. 1 p. 105-117, 2002.

STOLARSKI, M. C. **Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise e uma política pública no período de 2003-2004**. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Econômico com ênfase em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Paraná. 160 F. 2005.

TEIXEIRA, J. C.; PENEDO, A. S. T.; ALMEIDA, R. A evolução do processo licitatório com ênfase nos conceitos de economia versus qualidade. **Revista Nucleus**. n. 2, p. 335 – 350, 2012.

TRICHES, R. M. GIUGLIANI, E. R. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista Saúde Pública**. v. 39, n. 4, p. 541 – 547, 2005.

VASCONCELOS, F. A. G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**, Campinas, n. 2, p. 127 – 138, 2002.

VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTEIRO, M. I. **Qualidade de Vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI**. In: MACIEL, E. S.; OETTERER M. O Desafio da Alimentação como Fator de Qualidade de Vida na Última Década. Campinas: editora Ipes, 2010. Cap. 2. P. 19-26.

VIEIRA, M. N. C. M.; FERRIANI, M. G. C.; GOMES, R.; SANTOS, G. V. B.; MARCHI, E. M. M. Gestão de um Programa de Alimentação Escolar em um Município Paulista. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 15, n. 1, p. 29-48, 2008.

YOKOTA, R. T. C.; VASCONCELOS, T. F.; PINHEIRO, A. R. O.; SCHMITZ, B. A. S.; COITINHO, D. C.; RODRIGUES, M. L. C. F. Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 1, p. 37-47, 2010

ZALUAR, A. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, p. 20, 1997.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado de pobreza**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

ZANCUL, M. S.; VALETA, L. N. Educação nutricional no ensino fundamental: resultados de um estudo de intervenção. **Nutrire**, v. 34, n. 3, p.125-40, 2009.

## ANEXOS

### **ANEXO 1 – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA**

#### **TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Menores de 12 a 18 anos)**

Convidamos você, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: **Aceitação e adesão à merenda escolar, o cotidiano da merenda e os conhecimentos sobre alimentação e nutrição: análise da experiência na Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE**. Esta pesquisa é da responsabilidade do pesquisador responsável Dr. Marco Antônio Fidalgo Amorim (e-mail: [marcofidalgo1@hotmail.com](mailto:marcofidalgo1@hotmail.com), telefone (81) 8737-5435); endereço: Rua Alto do Reservatório, S/N – Bela Vista, Vitória de Santo Antão – PE CEP: 55608-680; Professor Adjunto II/Centro Acadêmico de Vitória/UFPE) e conta com a participação das pesquisadoras: Samanta Siqueira de Almeida (e-mail: [samantasiqueiradealmeida@gmail.com](mailto:samantasiqueiradealmeida@gmail.com), telefone (81) 9909-2004 - CAV/UFPE); Ana Paula Vieira de Melo (e-mail: [anapaulavieira85@hotmail.com](mailto:anapaulavieira85@hotmail.com), telefone: (81) 9653-7794 – CAV/UFPE); Renata Soares de Lima (e-mail: [renatasoares\\_16@hotmail.com](mailto:renatasoares_16@hotmail.com), telefone: (81) 9992-3711 – CAV/UFPE) e Maria Valquíria de Medeiros Silva (e-mail: [mvalquiriamedeiros@gmail.com](mailto:mvalquiriamedeiros@gmail.com), telefone: (81) 9706-8492 – CAV/UFPE).

Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando para que esteja bem esclarecido(a) sobre sua participação na pesquisa. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer pagamento para participar. Você será esclarecido(a) sobre qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Após ler as informações a seguir, caso aceite participar do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é para ser entregue aos seus pais para guardar e a outra é da pesquisadora responsável. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema se desistir, é um direito seu. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

A presente pesquisa tem como objetivo principal conhecer a adesão e aceitação da merenda escolar, assim como os fatores que as determinam, pelos alunos do ensino médio das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão – PE. Os dados serão coletados por meio de um questionário, com perguntas de múltipla escolha e de resposta aberta, e uma entrevista, todos estruturados para fornecer informações referentes à adesão, aceitação, satisfação, procedência, importância e o papel da merenda escolar. O questionário e a entrevista serão desenvolvidos pelas pesquisadoras na própria escola. A aplicação do questionário e a

entrevista serão realizadas no horário do recreio ou no contra turno escolar e cada aluno participará de apenas um questionário e uma entrevista com duração aproximada de 15 minutos. Em relação aos riscos mínimos existentes nessa pesquisa, pode-se relacionar apenas o constrangimento por não querer ou saber responder ao questionário e às entrevistas. Esse risco será minimizado realizando os mesmos nos locais públicos da escola (refeitório, pátio, corredor) e de forma individual e dinâmica, buscando deixá-lo à vontade. Com relação aos benefícios, ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a adesão e aceitação da merenda escolar por partes dos alunos das escolas estaduais da Rede Pública de Ensino do município de Vitória de Santo Antão, bem como, a partir dos resultados obtidos com a realização da pesquisa, será possível contribuir para o planejamento, implantação e/ou aperfeiçoamento de metas e estratégias relacionadas à qualificação da merenda escolar.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Todas as informações coletadas nesta pesquisa, ficarão protegidas e arquivadas em computador pessoal no endereço citado acima, sob a responsabilidade do pesquisador responsável por um período de no mínimo 5 anos.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE que está no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

---

(assinatura do pesquisador)

**ASSENTIMENTO DO(A) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO VOLUNTÁRIO(A)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **Aceitação e adesão à merenda escolar, o cotidiano da merenda e os conhecimentos sobre alimentação e nutrição: análise da experiência na Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE**, como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem ocorrer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Vitória de Santo Antão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do(a) voluntário(a) em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(Responsável Legal pelo menor de 18 anos)**

Solicitamos a sua autorização para convidar o(a) seu/sua filho(a) (ou menor que está sob sua responsabilidade} para participar, como voluntário(a), da pesquisa **Aceitação e adesão à merenda escolar, o cotidiano da merenda e os conhecimentos sobre alimentação e nutrição: análise da experiência na Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE.** Esta pesquisa é da responsabilidade do pesquisador responsável Dr. Marco Antônio Fidalgo Amorim (e-mail: [marcofidalgo1@hotmail.com](mailto:marcofidalgo1@hotmail.com), telefone (81) 8737-5435); endereço: Rua Alto do Reservatório, S/N – Bela Vista, Vitória de Santo Antão – PE CEP: 55608-680; Professor Adjunto II/Centro Acadêmico de Vitória/UFPE) e conta com a participação das pesquisadoras: Samanta Siqueira de Almeida (e-mail: [samantasiqueiradealmeida@gmail.com](mailto:samantasiqueiradealmeida@gmail.com), telefone (81) 9909-2004 - CAV/UFPE); Ana Paula Vieira de Melo (e-mail: [anapaulavieira85@hotmail.com](mailto:anapaulavieira85@hotmail.com), telefone: (81) 9653-7794 – CAV/UFPE); Renata Soares de Lima (e-mail: [renatasoares\\_16@hotmail.com](mailto:renatasoares_16@hotmail.com), telefone: (81) 9992-3711 – CAV/UFPE) e Maria Valquíria de Medeiros Silva (e-mail: [mvalquiriamedeiros@gmail.com](mailto:mvalquiriamedeiros@gmail.com), telefone: (81) 9706-8492 – CAV/UFPE).

Caso haja alguma dúvida, pergunte à pesquisadora para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido(a) sobre a participação do(a) menor na pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar que o(a) menor faça parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa nem o(a) Sr(a) e nem o(a) voluntário(a) que está sob sua responsabilidade serão penalizados(as) de forma alguma. O(a) Sr(a) não pagará nada para que o voluntário participe desta pesquisa e tem o direito de retirar o consentimento da participação do(a) menor a qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

A presente pesquisa tem como objetivo principal conhecer a adesão e aceitação da merenda escolar, assim como os fatores que as determinam, pelos alunos do ensino médio das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão – PE. Os dados serão coletados por meio de um questionário, com perguntas de múltipla escolha e de resposta aberta, e uma entrevista, todos estruturados para fornecer informações referentes à adesão, aceitação, satisfação, procedência, importância e o papel da merenda escolar. O questionário e a entrevista serão desenvolvidos pelas pesquisadoras na própria escola. A aplicação do questionário e a entrevista serão realizadas no horário do recreio ou no contra turno escolar e cada aluno participará de apenas um questionário e uma entrevista com duração aproximada de 15 minutos. Em relação aos riscos mínimos existentes nessa pesquisa, pode-se relacionar apenas o constrangimento por não querer ou saber responder ao questionário e às entrevistas. Esse risco será minimizado realizando os

mesmos nos locais públicos da escola (refeitório, pátio, corredor) e de forma individual e dinâmica, buscando deixá-lo à vontade. Com relação aos benefícios, ao participar desta pesquisa, seu filho ou o(a) menor sob sua responsabilidade não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a adesão e aceitação da merenda escolar por partes dos alunos das escolas estaduais da Rede Pública de Ensino do município de Vitória de Santo Antão, bem como, a partir dos resultados obtidos com a realização da pesquisa, será possível contribuir para o planejamento, implantação e/ou aperfeiçoamento de metas e estratégias relacionadas à qualificação da merenda escolar.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Todas as informações coletadas nesta pesquisa, ficarão protegidas e arquivadas em computador pessoal no endereço citado acima, sob a responsabilidade do pesquisador responsável por um período de no mínimo 5 anos.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

---

(assinatura do pesquisador)

### **CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PARA A PARTICIPAÇÃO DO(A) VOLUNTÁRIO(A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, responsável por \_\_\_\_\_, autorizo a sua participação no estudo **Aceitação e adesão à merenda escolar, o cotidiano da merenda e os conhecimentos sobre alimentação e nutrição: análise da experiência na Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE**, como voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele(a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade para mim ou para o(a) menor em questão.

Vitória de Santo Antão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

---

Assinatura do Responsável

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do sujeito em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Majores de 18 anos)**

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa **Aceitação e adesão à merenda escolar, o cotidiano da merenda e os conhecimentos sobre alimentação e nutrição: análise da experiência na Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE**. Esta pesquisa é da responsabilidade do pesquisador responsável Dr. Marco Antônio Fidalgo Amorim (e-mail: [marcofidalgo1@hotmail.com](mailto:marcofidalgo1@hotmail.com), telefone (81) 8737-5435); endereço: Rua Alto do Reservatório, S/N – Bela Vista, Vitória de Santo Antão – PE CEP: 55608-680; Professor Adjunto II/Centro Acadêmico de Vitória/UFPE) e conta com a participação das pesquisadoras: Samanta Siqueira de Almeida (e-mail: [samantasiqueiradealmeida@gmail.com](mailto:samantasiqueiradealmeida@gmail.com), telefone (81) 9909-2004 - CAV/UFPE); Ana Paula Vieira de Melo (e-mail: [anapaulavieira85@hotmail.com](mailto:anapaulavieira85@hotmail.com), telefone: (81) 9653-7794 – CAV/UFPE); Renata Soares de Lima (e-mail: [renatasoares\\_16@hotmail.com](mailto:renatasoares_16@hotmail.com), telefone: (81) 9992-3711 – CAV/UFPE) e Maria Valquíria de Medeiros Silva (e-mail: [mvalquiriamedeiros@gmail.com](mailto:mvalquiriamedeiros@gmail.com), telefone: (81) 9706-8492 – CAV/UFPE).

Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido(a) sobre sua participação na pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa o(a) Sr.(a) não será penalizado(a) de forma alguma e não pagará nada para participar desta pesquisa. Também é garantido que o(a) Sr.(a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

A presente pesquisa tem como objetivo principal conhecer a adesão e aceitação da merenda escolar, assim como os fatores que as determinam, pelos alunos do ensino médio das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão – PE. Os dados serão coletados por meio de um questionário, com perguntas de múltipla escolha e de resposta aberta, e uma entrevista, todos estruturados para fornecer informações referentes à adesão, aceitação, satisfação, procedência, importância e o papel da merenda escolar. O questionário e a entrevista serão desenvolvidos pelas pesquisadoras na própria escola. A aplicação do questionário e a entrevista serão realizadas no horário do recreio ou no contra turno escolar e cada aluno participará de apenas um questionário e uma entrevista com duração aproximada de 15 minutos. Em relação aos riscos mínimos existentes nessa pesquisa, pode-se relacionar apenas o constrangimento por não

querer ou saber responder ao questionário e às entrevistas. Esse risco será minimizado realizando os mesmos nos locais públicos da escola (refeitório, pátio, corredor) e de forma individual e dinâmica, buscando deixá-lo à vontade. Com relação aos benefícios, ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a adesão e aceitação da merenda escolar por partes dos alunos das escolas estaduais da Rede Pública de Ensino do município de Vitória de Santo Antão, bem como, a partir dos resultados obtidos com a realização da pesquisa, será possível contribuir para o planejamento, implantação e/ou aperfeiçoamento de metas e estratégias relacionadas à qualificação da merenda escolar.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Todas as informações coletadas nesta pesquisa, ficarão protegidas e arquivadas em computador pessoal no endereço citado acima, sob a responsabilidade do pesquisador responsável por um período de no mínimo 5 anos.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

---

(assinatura do pesquisador)

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO(A)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **Aceitação e adesão à merenda escolar, o cotidiano da merenda e os conhecimentos sobre alimentação e nutrição: análise da experiência na Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE**, como voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Vitória de Santo Antão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

---

Assinatura do participante

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura

**ANEXO            2            –            Cartas            de            Anuência**



**PERNAMBUCO**  
GOVERNO DO ESTADO

### CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos as pós-graduandas/pesquisadoras Ana Paula Vieira de Melo, Maria Valquíria de Medeiros Silva, Renata Soares de Lima e Samanta Siqueira de Almeida-CAV/UFPE, a desenvolverem o seu projeto de pesquisa: **Aceitação e adesão à merenda escolar, o cotidiano da merenda e os conhecimentos sobre alimentação e nutrição: análise da experiência na Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão**, que está sob a coordenação/orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Fidalgo Amorim-CAV/UFPE cujo objetivo é identificar as opiniões sobre a merenda escolar a partir de questionários e entrevistas, investigar o cotidiano da merenda através de observações participantes e realizar intervenções pedagógicas acerca do campo da alimentação e nutrição a partir de oficinas, nas escolas estaduais da Rede Pública de Ensino do município de Vitória de Santo Antão sob a jurisdição desta Gerência Regional de Educação (GRE).

Esta autorização está condicionada ao cumprimento das pesquisadoras aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se as mesmas a utilizarem os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou comunidade.

Antes de iniciar a coleta de dados, as pesquisadoras deverão apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Vitória de Santo Antão, em 23 de julho de 2014.

Ana Maria Xavier de Melo Santos  
Gerência Regional de Educação da Mata Centro

Ana M<sup>a</sup>. Xavier de M. Santos  
GESTORA REGIONAL  
ATO N° 5536 D.O. 12.07 11

Gerência Regional de Educação da Mata Centro

Rua Dr. José Augusto, S/N – Centro/Vitória de Santo Antão – PE CEP 55.600-000.

Tel: (81)3526-8932 – 3526-8933 e Fax 3526-8963



Escola de Referência em Ensino Médio  
 José Joaquim da Silva Filho  
 Rua Demócrito Cavalcanti s/n  
 Vitória de Santo Antão - PE - 3526-9016  
 CNPJ : 10.572.071/1450-05  
[escolapolivalente@gmail.com](mailto:escolapolivalente@gmail.com)



## CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos as pós-graduandas/pesquisadoras Ana Paula Vieira de Melo, Maria Valquíria de Medeiros Silva, Renata Soares de Lima e Samenta Siqueira de Almeida-CAVUFPE, a desenvolverem o seu projeto de pesquisa: **Aceitação e adesão à merenda escolar, o cotidiano da merenda e os conhecimentos sobre alimentação e nutrição: análise da experiência na Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão**, que está sob a coordenação/orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Fidalgo Amorim-CAVUFPE cujo objetivo é identificar as opiniões sobre a merenda escolar a partir de questionários e entrevistas, investigar o cotidiano da merenda através de observações participantes e realizar intervenções pedagógicas acerca do campo da alimentação e nutrição a partir de oficinas, neste Estabelecimento Público de Ensino – EREM José Joaquim da Silva Filho/Vitória de Santo Antão-PE.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento das pesquisadoras aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se as mesmas a utilizarem os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou comunidade.

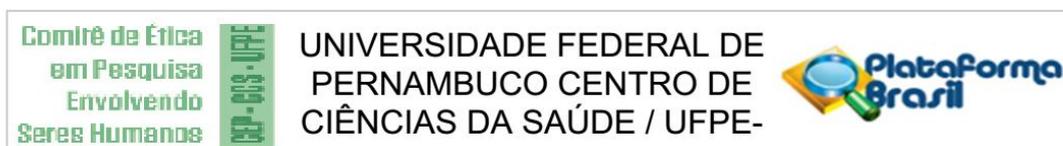
Antes de iniciar a coleta de dados, as pesquisadoras deverão apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Vitória de Santo Antão, em 31 de Julho de 2014.

10.572.071/1450-05  
 Pernambuco  
 Secretaria de Educação - GRE Mata Centro  
 Escola de Referência em Ensino Médio  
 José Joaquim da Silva Filho  
 E. 211,012  
 Vitória de Santo Antão - PE

  
 Maria Vercia Ladeira da Silva Marinho  
 Matr. 129.000.04101/13  
 Matrícula 102.001-0  
 Gestora

## ANEXO 3 – Parecer Comitê de Ética



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ACEITAÇÃO E ADESÃO À MERENDA ESCOLAR, O COTIDIANO DA MERENDA E OS CONHECIMENTOS SOBRE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE

**Pesquisador:** Marco Antônio Fidalgo Amorim

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 34659214.4.0000.5208

**Instituição Proponente:** Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 777.633

**Data da Relatoria:** 03/09/2014

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa do Profº Marco Antônio Fidalgo Amorim do CAV/UFPE. O projeto será realizado nas escolas do ensino médio de Vitória de Santo Antão, onde será avaliado a aceitação da merenda escolar, pelas crianças do ensino médio de escolas municipais.

#### Objetivo da Pesquisa:

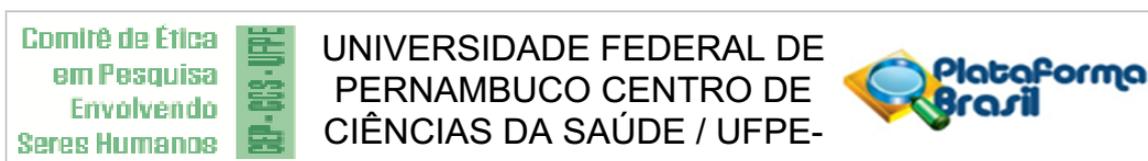
Gerais:

- Conhecer a aceitação e adesão da merenda escolar por alunos do ensino médio das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão;
- Observar a efetividade, o cotidiano e o papel da merenda escolar no EREM José Joaquim da Silva Filho/Vitória de Santo Antão;
- Desenvolver intervenções pedagógicas em Educação Alimentar e Nutricional no EREM José Joaquim da Silva Filho/Vitória de Santo Antão.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Bem delineados no projeto da plataforma Brasil e nos TCLE.

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 777.633

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa de grande importância para uso dos resultados no planejamento de merenda escolar dos próximos anos letivos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Adequados em qualidade e quantidade.

**Recomendações:**

Nenhuma

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Nenhuma

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Colegiado aprova o parecer do protocolo em questão e o pesquisador está autorizado para iniciar a coleta de dados.

Projeto foi avaliado e sua APROVAÇÃO definitiva será dada, após a entrega do relatório final, na PLATAFORMA BRASIL, através de "Notificação" e, após apreciação, será emitido Parecer Consubstanciado.

RECIFE, 03 de Setembro de 2014

---

**Assinado por:**  
**GERALDO BOSCO LINDOSO COUTO**  
 (Coordenador)

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br

**ANEXO 4 – Comprovante de submissão do manuscrito****[Sausoc] Agradecimento pela Submissão - {\$myJournal\_articleId}**

---

**Helena Ribeiro e Cleide Lavieri Martins** <suporte.aplicacao@scielo.org>

para mim ▾

Senhorita Samanta Siqueira de Almeida,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "Realidade e significado da merenda escolar em uma escola pública do município de Vitória de Santo Antão - PE" para Saúde e Sociedade. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema localizado em:

URL do Manuscrito:

<http://submission.scielo.br/index.php/sausoc/author/submission/143364>

Login: 6926366samanta

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email. Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.



Helena Ribeiro e Cleide Lavieri Martins  
Saúde e Sociedade

---

Saúde e Sociedade

<http://submission.scielo.br/index.php/sausoc>

---

## ANEXO 5 – Normas Editoriais do Periódico



### INSTRUÇÕES AOS AUTORES

ISSN 0104-1290 *versão impressa*  
ISSN 1984-0470 *versão on-line*

- Escopo e política
- Forma e preparação de manuscritos
- Envio de manuscritos

*Política editorial:* Veicular produção científica de caráter crítico e reflexivo em torno do campo da saúde pública/coletiva de modo a socializar novas formas de abordar o objeto. Igualmente, veicular produção de técnicos de diversos órgãos, tais como secretarias estaduais e municipais de saúde, que divulgam resultados de seus trabalhos, com contribuições importantes e que não devem ficar restritas a relatórios de circulação interna, contribuindo para o avanço do debate e da troca de ideias sobre temas desafiantes, cujas raízes encontram-se na própria natureza multidisciplinar da área.

São particularmente valorizados artigos que façam interface da saúde com as ciências sociais e humanas.

*Áreas de interesse:* Desde sua criação, em 1992, **Saúde e Sociedade** tem publicado trabalhos de diferentes áreas do saber que se relacionam ou tenham como objeto de preocupação a saúde pública/coletiva. Nesse sentido, abarca a produção de diferentes ramos das ciências humanas e sociais e da ciência ambiental, incorporando a produção científica, teórica e aquela mais especificamente relacionada às propostas de intervenção e prática institucional.

Tipos de artigos:

Publica matéria inédita de natureza reflexiva, de pesquisa e atualização do conhecimento, sob a forma de:

- a) artigos de pesquisas originais;
- b) análise de grandes temas de interesse da área;
- c) ensaios de natureza teórica, metodológica ou técnica, que estimulem a polêmica ou o tratamento de temas específicos sob diferentes enfoques;
- d) dossiês - textos ensaísticos ou analíticos resultantes de estudos ou pesquisas originais sobre tema indicado pelos editores e a convite deles.
- e) relatos de experiências nas áreas de pesquisa, do ensino e da prestação de serviços de saúde;
- f) cartas à redação com comentários sobre ideias expressas em matéria já publicada pela revista, tendo em vista fomentar uma reflexão crítica acerca de temas da área;
- g) comentários curtos, notícias ou críticas de livros publicados e de interesse para a área, definidos pelo Conselho Editorial;
- h) entrevistas / depoimentos de personalidades ou especialistas da área visando, quer a reconstrução da história da saúde pública/coletiva, quer a atualização em temas de interesse definidos pelo

Conselho Editorial; e APSP, bem como de outros eventos científicos pertinentes à linha editorial da Revista.

A Revista veicula contribuições espontâneas que se enquadrem na política editorial da Revista bem como matéria encomendada a especialistas.

São particularmente valorizados artigos que façam interface da saúde com a área de humanas.

Procedimentos de avaliação por pares: O Conselho Editorial (CE) conta com a colaboração de pareceristas que são os co-participantes do processo de julgamento dos manuscritos submetidos. Os pareceristas são indicados ad-hoc, pelo CE, dentre os especialistas de confirmada competência técnica e científica, com a função de colaborar na apreciação dos manuscritos submetidos à publicação. Estes dispõem de autoridade para decidir sobre a conveniência de sua aceitação, podendo apresentar sugestões de modificações aos autores. Cada trabalho é apreciado por no mínimo dois relatores, cujos nomes são mantidos em sigilo, omitindo-se, também, o(s) nome(s) dos autores perante os relatores.

Público: Profissionais do campo da saúde em geral, docentes, pesquisadores e especialistas de saúde pública/coletiva e de áreas afins.

#### **Do ineditismo do material**

O conteúdo dos artigos enviados para publicação não pode ter sido publicado anteriormente ou encaminhado simultaneamente a outro periódico. Os artigos publicados na *Saúde e Sociedade*, para serem publicados em outros locais, ainda que parcialmente, necessitam de aprovação por escrito por parte dos Editores.

#### **Da autoria**

As pessoas designadas como autores devem ter participado na elaboração dos artigos de modo que possam assumir publicamente a responsabilidade pelo seu conteúdo. A qualificação como autor deve pressupor: concepção e o delineamento ou a análise e interpretação dos dados; redação do artigo ou a sua revisão crítica; e aprovação da versão a ser publicada.

No final do texto devem ser especificadas as contribuições individuais de cada autor na elaboração do artigo.

#### **Da seleção de artigos e revisão por pareceristas**

Na seleção de artigos para publicação, avalia-se o mérito científico do trabalho e sua adequação às normas editoriais adotadas pela revista. Nos trabalhos de investigação envolvendo seres humanos deve ser explicitada a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição

i) anais dos congressos paulistas de saúde pública promovidos onde foi realizada a pesquisa.

*Saúde e Sociedade* submete todos os originais à apreciação da Comissão Editorial apoiada por consultores *ad hoc*, que recomendam sua aceitação ou rejeição, podendo apresentar aos autores sugestões de alterações. Cada trabalho será apreciado por, no mínimo, dois relatores, cujos nomes serão mantidos em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es) perante os relatores

#### **Forma e preparação de manuscrito**

## Formato

Papel tamanho A4, margens de 2,5 cm, espaço 1,5, letra Times New Roman 12. Número máximo de páginas: 20 (incluindo ilustrações e referências bibliográficas).

## Estrutura

Título: Conciso e informativo. Na língua original e em inglês. Incluir como nota de rodapé a fonte de financiamento da pesquisa.

Nome(s) do(s) autor(es): todos devem informar a afiliação institucional (em ordem decrescente, por exemplo: Universidade, Faculdade e Departamento) e e-mail. O autor responsável pela correspondência também deve informar seu endereço completo (rua, cidade, CEP, estado, país).

Resumos: Devem refletir os aspectos fundamentais dos trabalhos, com no mínimo 150 palavras e no máximo 250, incluindo objetivos, procedimentos metodológicos e resultados. Devem preceder o texto e estar na língua do texto e em inglês (abstract).

Palavras-chave: De 3 a 6, na língua do texto e em inglês, apresentados após o resumo.

Gráficos e tabelas: Os gráficos e tabelas devem ser apresentados em seus programas originais (por exemplo, em Excel: arquivo.xls), devidamente identificados, em escala de cinza.

Imagens: As imagens (figuras e fotografias) devem ser fornecidas em alta resolução (300 dpi), em JPG ou TIF, com no mínimo 8 cm de largura.

Citações no texto: Devem ser feitas pelo sobrenome do autor (letra minúscula), ano de publicação e número de página quando a citação for literal, correspondendo às respectivas referências bibliográficas. Quando houver mais de dois autores, deve ser citado o primeiro, seguido de e "col.". Exemplo: Martins e colaboradores (2014) ou (Martins e col., 2014).

## Referências

Será aceito no máximo 40 referências por artigo com exceção dos artigos de revisão bibliográfica. Os autores são responsáveis pela exatidão das referências bibliográficas citadas no texto. As referências deverão seguir as normas da ABNT

### Livro

FORTES, P. A. de C.; RIBEIRO, H. (Org.). *Saúde global*. São Paulo: Manole, 2014.

#### Capítulo de Livro

GOTLIEB, S. L. D.; LAURENTI, R.; MELLO JORGE, M. H. P. Crianças, adolescentes e jovens do Brasil no fim do século XX. In: WESTPHAL, M. F. *Violência e criança*. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 45-72.

#### Artigo de Periódico

BASTOS, W. et al. Epidemia de *fitness*. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 485-496, 2013.

#### Tese

SANTOS, A. L. D. dos. *Histórias de jovens que vivenciaram a maternidade na adolescência menor: uma reflexão sobre as condições de vulnerabilidade*. 2006. Tese (Doutorado em Saúde Materno-Infantil)-Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

**Documento on-line**

WHO GLOBAL MALARIA PROGRAMME. World malaria report: 2010.

Geneva: WHO, 2010. Disponível em:

<[http://www.who.int/malaria/world\\_malaria\\_report\\_2010/worldmalariaeport2010.pdf](http://www.who.int/malaria/world_malaria_report_2010/worldmalariaeport2010.pdf)

>. Acesso em: 7 mar. 2011.

**Legislação ( Lei, Portaria etc.)**

**- Versão impressa**

BRASIL. Lei nº 9887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 dez. 1996. Seção 1, p. 13.

**- Versão eletrônica**

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde).

*Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 nov. 2005. Disponível em:

<[http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2005/p\\_20051111\\_485.pdf](http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2005/p_20051111_485.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2007.

**Artigo ou matéria de jornal**

CUPANI, G. População sedentária preocupa médicos reunidos em simpósio. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15 out. 2010. Equilíbrio e Saúde, p. 14.

**Trabalho apresentado em evento (congresso, simpósio, seminário etc.)**

**- Versão impressa**

COUTO, M. T.; SOTT, R. P. Ética, diversidade e saúde reprodutiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE, 2., 1999, São Paulo. *Livro de resumos...* São Paulo: Abrasco: Unifesp, 1999, p. 100.

**- Versão eletrônica**

CARVALHO, C. A. Religião e aids: segredos e silêncios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PREVENÇÃO EM DST/AIDS, 4., 2001, Cuiabá. *Anais...* Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001, p.

71-72. Disponível em: <<http://www.portalsaudebrasil.com/artigospsb/public007.pdf>>. Acesso em: 18 ago.2006.

**Escopo e política**

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 – Instrumentos de Análise do Discurso (IAD)

Sujeitos	Expressões-chave	Ideias centrais	Ancoragens
1			
2			
3			

### APÊNDICE 2 – Discurso do Sujeito Coletivo

#### A merenda para os alunos

“A merenda aqui não é tão ruim, é o alimento que recebemos no intervalo da escola, ela mata minha fome e me dá energia. Na maioria das vezes, quando eu como a merenda, nem sempre encho a barriga, porque a quantidade é pouca, principalmente a carne, e as tias da merenda não podem servir mais. Os funcionários da escola vivem se gabando porque essa escola é de referência, mas a gente não vê nada disso. A merenda é muito gordurosa e salgada, principalmente quando fazem peixe. Às vezes, eles servem carne moída no almoço e sempre vêm com muita gordura. Os professores sempre perguntam o cardápio pra gente porque eles não gostam de comer a merenda, então eles comem fora ou trazem o almoço. Quando eu como e o almoço está muito salgado ou gorduroso eu passo mal. Prefiro ficar sem comer do que comer a merenda salgada e com gordura, já que não podemos trazer lanche, mas as vezes eu digo que vou ao dentista e me deixam sair, daí eu almoço em casa e volto pra escola. Eles também deveriam servir salada no almoço, frutas e salada de frutas no lanche porque é mais saudável. Eu só comi salada no começo do ano e nós nunca comemos fruta, eles só servem essa bolacha salgada. Eu não aguento mais essa bolacha salgada!!! Quem chega por último para o lanche da manhã ou da tarde, não há merenda e dão bolacha salgada. Tirem a bolacha salgada!!! Eu gostaria que me perguntassem o que eu gosto de comer. Eu não gosto do suco de caju e do peixe, poderiam ir nas salas de aula e conversar com os alunos sobre o cardápio da merenda. Ano passado, serviam laranja, melancia, mamão, achocolatado, biscoito recheado e salada de fruta, esse ano, só tem bolacha salgada e quando servem bolinho vem queimado.”

#### A merenda para professores e funcionários

“A comida daqui é maravilhosa! Os alunos não podem reclamar! Muitos alunos são de sítio, alguns vêm de outra cidade e outros são daqui. A maioria não tem condições, vem pra escola com fome, mas mesmo assim não comem qualquer coisa. São filhos de

agricultores e não querem comer o almoço daqui. Muitos querem biscoito recheado, essas coisas. Ano passado tinha uma aluna que comia o almoço dela, repetia e comia o que os amigos não queriam. No entanto, alguns alunos que comem o almoço passam mal por causa do sal, eu acho que eles são hipertensos. Às vezes trago a comida de casa e como na copa dos professores ou pedimos comida de fora. Hoje alguns professores trouxeram só frango porque é dia de fígado.”

### **A merenda para os merendeiros**

“Nós não servimos salada de frutas porque toma muito tempo. Da última vez, na reunião das mães, tomou muito tempo do preparo do almoço e também estamos com problemas no recebimento de frutas e verduras. Eu acho que é algum problema de verba, pois chegou tomate, cebola, coentro, mas só dá para refogar. Eu também acho, é a minha opinião, strogonoff e creme de galinha não combinam com feijão! Os alunos falam, mas acabam comendo por causa da fome. Sou mãe de um dos alunos daqui e quando os amigos dele estão lá em casa eles sempre pedem pra mudar alguma coisa. Na escola, reclamam de alguma combinação ou pedem para aumentar a quantidade da comida, mas temos que servir menos para todo mundo comer. No final, quem quiser repetir, repete! Eles sempre repetem e nunca falta pra ninguém.”

### **Sobre projetos que envolvem alimentação e nutrição**

“Aqui na escola era para os alunos terem aulas pela manhã e práticas e projetos à tarde, mas são cinco aulas pela manhã e quatro aulas à tarde. Não tenho conhecimento sobre projetos de alimentação e nutrição na escola. Na verdade, temos o projeto definido pela escola e cada professor desenvolve o seu projeto individual, mas até agora não temos projeto sobre nutrição aqui. Além do mais, temos um conteúdo extenso para ser abordado, o que nos impede de tratar a alimentação como tema transversal.”